

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Simplemente Reclusa
Estudo de caso no Estabelecimento Prisional Feminino de Tires

Vera Maria Marques Ramos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2020

Agradecimentos

*“(...) é fraqueza
Desistir-se da cousa começada (...)
Luís de Camões in “Os Lusíadas” Canto I, estrofe 40*

Em primeiro lugar à minha filha Carolina e ao meu marido Luis, os meus pilares.

Ao professor Pedro Vasconcelos, pela honra que me deu em ser meu orientador. Agradeço a confiança, a disponibilidade e os valiosos conselhos. Antes disso, agradeço o facto de o ter tido como professor na licenciatura, as suas aulas são fascinantes e inspiradoras.

À professora Madalena Matos, que para além de minha professora, foi a catalisadora para que este trabalho chegasse a bom porto. Estava no sítio certo na altura certa e só um grande Ser Humano como ela me ajudaria naquele momento.

Ao professor Vitor Peña Ferreira, pelos conteúdos leccionados, e o entusiasmo que sempre imprimiu às suas aulas, e mais do que isso a todo o apoio que me deu na execução deste trabalho.

Ao professor José Luis Casanova pelas suas aulas de dissertação de mestrado, imprescindíveis, a quem se propõe a levar a cabo esse projecto. A sua disponibilidade e humanismo não poderiam deixar de ser referidas.

À grande escola ISCTE e seus profissionais docentes e não docentes. Foram alguns dos melhores anos da minha vida. A aprendizagem não tem data marcada, nem idade, e foi aí que tive essa consciência quando iniciei a minha licenciatura em sociologia aos 47 anos.

Não posso esquecer todo o apoio dos meus chefes e amigos, João Mendes e Luis Reis, por toda a flexibilidade e apoio que me deram desde que comecei a estudar. Ao João Mendes, em particular, porque nunca me deixou desistir.

À Direcção Geral dos Serviços Prisionais e ao Estabelecimento Prisional de Tires, que viabilizaram este projecto, sempre com muita receptividade e apoio.

O meu agradecimento muito especial, às senhoras reclusas que aceitaram conversar comigo.

Por último mas sempre em primeiro a Nossa Senhora de Fátima, que sempre me acompanhou em todos os momentos da minha vida e em quem eu tenho uma fé inabalável.

Dedico este trabalho ao meu colega de mestrado, Octaviano Vieira. Um jovem de 27 anos que perdeu prematuramente a sua vida em dezembro de 2018. A ele, já não será possível defender a sua tese. Lamento tanto. Onde quer que estejas, és recordado.

Resumo

A pena de prisão reveste-se, nos dias de hoje, de um cariz supostamente mais humanista do que no século XVIII, justificando-se a pena, para além da vertente punitiva, também com o propósito de ressocializar o indivíduo, para uma nova inclusão na sociedade. Esse processo decorre através da sua institucionalização num determinado local, delimitado por barreiras físicas e sociais sob vigilância total. Goffman definia estes espaços como Instituições totais, entre as quais se encontra a Prisão. Detendo-nos nesta reflexão em geral e analisando a pena de prisão numa perspectiva de género em particular, recai sobre a mulher reclusa uma dupla pena; para além da privação da sua liberdade, acresce ainda um duplo julgamento, o de ter falhado no seu papel de mãe ou cuidadora. Este estudo de caso na Prisão feminina de Tires, pretende vislumbrar e tentar penetrar no dia a dia dessas mulheres reclusas, condenadas a pena de prisão efectiva, numa tentativa de perceber de que forma ocorre essa nova socialização/adaptação ao meio, tendo em conta a caracterização sociodemográfica das reclusas e a duração da pena.

Os principais instrumentos metodológicos utilizados foram a realização de entrevistas semidirectivas a um painel de quinze reclusas, no cumprimento de pena efectiva, bem como a realização de uma entrevista exploratória a uma técnica de educação. Procurou-se complementar a recolha dos dados, através da observação participante, registando as percepções recolhidas no terreno e compiladas num diário exaustivo e pitoresco que se anexa ao presente trabalho. No final, as conclusões são muitas, mais por aquilo que não é dito, do que é verbalizado, sendo a desconfiança e desconforto na entrevista um grande indicador do que se viria a confirmar através da análise dos dados. Fosse pela característica pouco habitual da interacção, fosse pela sensibilidade dos temas, fosse pelo facto das entrevistadas não saberem até que ponto as informações que iriam transmitir poderiam ter algum impacto nos seus processos de autorização de saídas precárias ou condicionais, no final, ficou-se com a percepção mais do que com certezas, que a maioria das reclusas entrevistadas direccionaram os seus testemunhos para os pontos que consideravam menos relevantes e menos susceptíveis de lhes criar problemas, tais como: a comida, a higiene, a saúde e as instalações, escudando-se, sempre que possível nas não respostas ou falando demais de outros temas mais consensuais, como a maternidade e as saudades dos filhos.

Palavras-Chave:

Prisão, vigilância total, reclusão feminina, quotidiano, rotinização, adaptação, privacidade, intimidade

Abstract

The prison sentence is, today, supposedly more humanistic than in the 18th century, justifying the penalty, in addition to the punitive aspect, also with the purpose of resocializing the individual, for a new inclusion in society. This process takes place through its institutionalization in a given location, bounded by physical and social barriers under total surveillance. Goffman defined these spaces as total institutions, among which is the Prison. Pausing in this reflection in general and analyzing the prison sentence in a gender perspective in particular, the double prisoner falls upon the female prisoner; in addition to the deprivation of her freedom, there is also a double judgment, that of having failed in her role as a mother or caregiver. This case study in the female prison in Tires, aims to envision and try to penetrate the daily lives of these women prisoners, sentenced to effective prison terms, in an attempt to understand how this new socialization / adaptation to the environment occurs, taking into sociodemographic characterization of prisoners and the length of the sentence.

The main methodological instruments used were semi-directive interviews with a panel of fifteen inmates, while serving an effective sentence, as well as an exploratory interview with an education technician. We sought to complement the data collection, through participant observation, recording the perceptions collected on the ground and compiled in an exhaustive and picturesque diary that is attached to this work.

In the end, the conclusions are many, more for what is not said, than what is verbalized, with distrust and discomfort in the interview being a great indicator of what would be confirmed through data analysis. Either because of the unusual characteristic of the interaction, either because of the sensitivity of the themes, or because the interviewees did not know to what extent the information they were going to transmit could have an impact on their processes of authorization for precarious or conditional exits, in the end, it remained with the perception more than with certainty, that the majority of the inmates interviewed directed their testimonies to the points they considered less relevant and less likely to create problems for them, such as: food, hygiene, health and facilities, shielding whenever possible, in non-responses or talking too much about other more consensual topics, such as motherhood and missing children.

Key words:

Prison, total surveillance, female confinement, daily life, routine, adaptation, privacy, intimacy

Índice:

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Índice de Quadros:	v
Índice dos Anexos	v
Glossário de siglas	v
Introdução	1
Capítulo 1 – A Prisão como punição	2
1.1 - Vigilância total, isolamento e segredo social	3
1.2 - A reclusão no Feminino - singularidades.....	5
1.3- Prisionização: adaptação à Instituição ou institucionalização da adaptação?	6
Capítulo 2 – Caracterização do Estudo e Metodologia	8
2.1. - A escolha do Método	9
2.2 - Caracterização das Entrevistadas	11
2.3 - Caracterização estrutural e funcional do Estabelecimento Prisional de Tires.....	16
Capítulo 3 – Retratos cor-de-rosa	18
3.1 - A Instituição na opinião das reclusas – uma análise comparada e testemunhos relevantes.....	19
3.2. - O “Eu recluso” – rotinas	23
3.3 - O Eu e o Outro – sentimentos e interações possíveis.....	25
3.4 - O silêncio das <i>não respostas</i>	30
Conclusões	32
Bibliografia	37
Anexos	39

Índice de Quadros:

Tabela 2.1.	Dados da Direcção Geral dos Serviços Prisionais a 31-12-2019.....	pp. 8
Tabela 2.2.	Modelo de Análise	pp. 9
Tabela 2.2.1	Caracterização sociodemográfica e penal das entrevistadas Reclusas	pp.12
Tabela 2.2.2	Caracterização sociodemográfica da Técnica de Educação.....	pp.15
Tabela 3.1.1	Instalações físicas e de suporte – Celas, Alimentação e Atendimento Médico.....	pp.20
Tabela 3.1.2	Grau de satisfação com Guardas Prisionais e Técnicas de educação/reinserção ..	pp.21
Tabela 3.1.3	Relação entre a duração da pena e as características sociodemográficas com a satisfação com a Instituição	pp.23
Tabela 3.2.1	Rotinas agradáveis / momentos de lazer	pp.24
Tabela 3.2.2	Rotinas por duração da reclusão e características Sociodemográficas.....	pp.25
Tabela 3.3.1.	Sentimentos entre as reclusas por duração da reclusão e habilitações	pp.26
Tabela 3.3.2.	Privacidade	pp.27
Tabela 3.3.3.	Sexualidade - por duração da reclusão e características sociodemográficas	pp.29
Tabela 3.4.1.	Respostas por duração da pena e caracterização Sociodemográfica	pp.31

Índice dos Anexos

Anexo A – Guião da Entrevista Reclusa	pp.39
Anexo B – Guião da Entrevista Exploratória com Técnica de Educação	pp.40
Anexo C – Consentimento da Direcção dos Serviços Prisionais para a realização do estudo	pp.41
Anexo D – Consentimentos informados entrevistadas	pp.42
Anexo E – Diário de Campo	pp.43

Glossário de siglas

CEPMPL – Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade
DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais
EP – Estabelecimento Prisional
PIR – Plano Individual de Reabilitação
RAVE (RAE) – Regime Aberto Virado para o Exterior
RAVI (RAI) – Regime Aberto Virado para o Interior

Introdução

O objectivo deste estudo de caso no Estabelecimento Prisional de Tires, prende-se com uma tentativa de conhecer uma realidade tendencialmente desconhecida na sociedade, Os conceitos, tempo, liberdade e segredo Social, serviram de motivação à realização do presente trabalho, numa tentativa de conhecer os contornos da nova socialização das pessoas privadas da sua liberdade, pessoal e social. Como incorporam e se adaptam ao seu novo quotidiano, cujas rotinas se mantêm ano após ano iguais, e são vivenciadas e partilhadas sob total vigilância das companheiras de reclusão e do Pessoal civil e militar, responsável pela sua manutenção em cativeiro.

Num local onde à partida existe uma convivência forçada, pretendeu-se perceber quais são as principais dinâmicas de resiliência usadas seja de forma consciente ou não, pelas reclusas, para a gestão do seu quotidiano e o quotidiano dos outros. As hipóteses de partida foram as seguintes: *Até que ponto a duração da pena e as características socioculturais e etárias interferem na adaptação à Institucionalização, por um lado. Por outro lado, quais são as principais características de interacção e de sentimentos vivenciadas entre as reclusas.* Em perspectiva: eventuais reconfigurações da vivência do quotidiano e das novas rotinas que se vão cristalizando com o passar do tempo; as zonas de conforto, privacidade e relações interpessoais.

No Primeiro capítulo tratar-se-á do tema da prisão como punição, efectuando uma contextualização histórica e evolutiva desde modernidade até ao século XXI, com as consequentes alterações de paradigmas do ato de punir e da conceptualização subjacente a cada etapa. Como Subcapítulos temos o primeiro dedicado ao tema da vigilância total, do segredo e isolamento social, que caracterizam as prisões. No segundo subcapítulo proceder-se-á a uma reflexão do tema da punição feminina e as suas singularidades inerentes à construção social do papel de género. No terceiro e último subcapítulo, incidir-se-á sobre o conceito de prisionização e dos mecanismos de institucionalização e seus objectivos.

No capítulo segundo, iniciar-se-á a apresentação do estudo empírico, sua caracterização e metodologia utilizada. No terceiro e último capítulo, far-se-á uma apresentação dos resultados obtidos na presente investigação no Estabelecimento Prisional de Tires, seguindo-se as conclusões alcançadas.

Capítulo 1 – A Prisão como punição

A prisão como pena só surgiu no século XVIII na Europa e nos Estados Unidos da América. Um dos principais estudiosos do tema foi o filósofo francês Michel Foucault e, para este autor, seria o surgimento de uma nova era nas práticas de punição, tendo sido designada como a “Época de grandes escândalos”, para a justiça tradicional e alvo de inúmeros projectos de reformas. No seu livro *Vigiar e Punir*, o autor refere a eclosão de uma “nova teoria da lei e do crime” e, ainda, uma nova justificação moral e política do direito de punir (Foucault, 1975).

Verifica-se assim que os novos rituais de punição se revestem de contornos, aparentemente menos físicos, mas dotados de uma subtileza velada que afasta do olhar da sociedade a tortura dos corpos. Em suma, desapareceu o espectáculo público do sofrimento e o corpo como alvo principal da repressão penal. O cerimonial da pena deixa a sua envolvência pública de expiação e passa a ser um procedimento administrativo (Foucault, 1975).

Miguel Romão, citando Foucault, reafirma que o trajecto histórico da punição, com o surgimento da prisão como instituição, reforça a alteração do paradigma existente no castigo enquanto directamente ligado à mortificação do corpo, passando a destinar-se “à alma”, combinando o degredo com a prisão, numa perspectiva de reclusão. Impõe-se uma nova justificação moral e política para o direito de punir, que se quer mais regular e menos arbitrária e nessa medida mais humana (Romão, 2015:34-35). A mudança deste paradigma na forma de punir, para este autor, encontra-se intrinsecamente ligada à mudança do paradigma social ditado pelos ideais da revolução francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na qual se configura a igualdade entre os cidadãos e a separação dos poderes régio, administrativo e judicial (Romão, 2015:123).

Verifica-se tanto uma convergência, como uma panóplia de considerações conceptuais da prisão, como modelo de punição. Para Philippe Combessie em *Sociologie de la Prision*, a prisão moderna encerra em si vários objectivos, desde a promoção de trabalhos forçados numa perspectiva economicista no contexto da nova realidade industrial, como os decorrentes da questão cristã, com a penitência como objectivo terapêutico, submetendo o criminoso a condições severas de vida. Redime-se, pagando dessa forma “o mal” causado à sociedade, reparando as suas faltas. O sofrimento liga-se ao conceito de redenção e reparação (Combessi, 2001).

Refere este autor três tipologias de lógicas sociais da prisão: o encarceramento com o sentido de neutralização, ou seja, que busca afastar do convívio social o indivíduo verdadeiramente

perigoso para a sociedade; o encarceramento no sentido de diferenciação social ou ressocialização, aquele que tem por finalidade proporcionar, na cadeia, uma formação adequada para que o criminoso possa ser reabilitado a voltar à sociedade; e, por fim, o encarceramento de autoridade, o que visa afirmar uma relação de poder (Combessie, 2001)

Miguel Romão reflecte que numa perspectiva economicista, o aproveitamento disciplinado da força de trabalho prisional e o desenvolvimento de mecanismos de controlo social, reforçam a afirmação da prisão como pena principal (Romão, 2015:39). Outra visão de carácter utilitarista é preconizada por Cesare Beccaria, que defende que, para além da expiação e da retribuição, outro conceito se encontra subjacente à prisão como pena, a dissuasão. Através do exemplo infligido aos condenados, procura-se prevenir e demover o crime. Na visão utilitarista de Beccaria¹ esta lógica reveste-se de carácter futurista (Beccaria, 2009).

Em suma, o encarceramento penal desde o século XVIII, até aos nossos dias encerra múltiplos conceitos, conceitos esses alvo de vários estudos teóricos e/ou empíricos, procurando, nos séculos XX e XXI um paradigma assente na dicotomia de utilizar a Prisão para ao mesmo tempo que priva o Ser Humano da sua liberdade, promover a sua transformação.

1.1 - Vigilância total, isolamento e segredo social

As prisões revestidas das suas características intrínsecas institucionais e físicas na forma de edifícios vieram, também elas, a ser objecto de alterações, desde o seu surgimento até à actualidade. Estas alterações foram-se moldando e ajustando, tanto às características e formas de punição quanto aos seus objectivos. O panóptico foi uma das inovações de cariz arquitectónico aplicado ao conceito de vigilância total, no século XVIII.

Aproveitando uns esboços arquitectónicos do irmão, Jeremy Bentham² em 1787, idealizou a aplicação de um novo princípio de construção aplicável a: “*qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspecção*”, em particular “*às casas penitenciárias, prisões de confinamento antes do julgamento, casas de correcção, casas de trabalho, hospitais, hospícios ou escolas*”. Ou seja, a toda uma panóplia de Instituições cujo objectivo consistisse em manter os seus habitantes sob vigilância total. O plano consistia no seguinte: “*o edificio é circular. Sobre a circunferência, em cada*

¹ 1764: *Dei Delitti e Delle Pene* – versão italiana.

² Filósofo inglês século XVIII.

andar, as celas. No centro, a torre. Entre o centro e a circunferência, uma zona intermediária. Cada cela volta para o exterior uma janela feita de modo a deixar penetrar o ar e a luz, ao mesmo tempo que impedindo ver o exterior – e para o interior, uma porta, inteiramente gradeada, de tal modo que o ar e a luz cheguem até o centro. Desde as lojas da torre central se pode então ver as celas. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas. O cinturão de um muro cerca o edifício. Entre os dois, um caminho de guarda. Para entrar e sair do edifício, para atravessar o muro do cerco, só uma via é disponível. O edifício é fechado” Bentham, J. (2019).

Para Goffman (1961) as prisões à semelhança dos manicómios e conventos são o que ele intitula de Instituições totais. Definem-se como locais seja de confinamento ou de trabalho, onde um conjunto de indivíduos são separados da sociedade por motivos semelhantes. Estas instituições implicam que, os indivíduos nessa situação, fiquem isolados por um determinado período de tempo e que as suas rotinas sejam administradas e controladas por outrem.

Goffman vem complementar a perspectiva da vigilância total do panóptico pela tendência de “fechamento” que atribui às Instituições Totais. Para ele, este fechamento sendo também determinado por elementos físicos: barreiras, muros, arames farpados, fossos, florestas ou pântanos, que envolvem a Instituição, metaforicamente também simbolizam a barreira social com o mundo exterior.

Numa perspectiva micro dentro deste mundo fechado temos a Cela. Para Catarina Fróis, “A CELA, seja qual for o sistema ou regime prisional, representará sempre para o homem ou mulher que se encontre privado de liberdade, o seu quarto de dormir, a sua sala de estar e quando o cumprimento da pena o exija, também a sala de refeições e a casa de trabalho ou de estudo”(Frois, 2020:12).

O conceito de segredo social ou fechamento evocando Goffman, que recai sobre as Instituições prisionais é referido por Ivone Cunha que, desde os estudos clássicos desenvolvidos por Foucault, Goffman e Clemmer, se poderá comprovar que este meio é um “mundo à parte”

Passa-se da cerimónia espectáculo da punição em “praça pública”, para a punição em segredo longe do escrutínio popular: “o princípio da não-publicidade da pena”. Se a condenação e o que a motivou devem ser conhecidos por todos, a execução da pena, em compensação, deve ser feita em segredo; o público não deve intervir nem como testemunha, nem como abonador

da punição; a certeza de que, atrás dos muros, o detento cumpre sua pena deve ser suficiente para constituir um exemplo” (Foucault, 1975).

Para Catarina Fróis, a prisão é um lugar a evitar, que se quer afastada do quotidiano, que não tem interesse ou que não interessa. Refere no seu mais recente estudo sobre as Prisões que existe uma imagética popular em torno do lugar e o mesmo sucede sobre quem o habita, numa perpetuação de estereótipos que se vão perpetuando no tempo, por desconhecimento: “o criminoso é oriundo de bairros precários, leva uma vida de crime, não trabalha, vive do roubo, do tráfico de droga. O guarda prisional por seu turno é o bruto, corrupto, que violenta, agride, abusa da autoridade (Fróis, 2020:pp.17).

1.2 - A reclusão no Feminino - singularidades

A conceptualização sobre a reclusão feminina numa perspectiva de género tendencialmente estereotipada tem, nos últimos séculos na sociedade ocidental, vindo a reproduzir a premissa que os estudos sobre a criminalidade e reclusão femininas ocorram por comparação à masculina, reforçando o prisma da normatividade patriarcal (Silva, 2013). Verifica-se uma quase necessidade de justificação da reclusão feminina, como se o facto de ser mulher encerrasse a impossibilidade de cometer um crime. Reforça-se assim a normatividade do papel da mulher na sociedade, atribuindo as causas da criminalidade feminina a distúrbios emocionais e hormonais, ignorando as dimensões económicas, sociais e culturais. Estas dimensões tendo começado a ser debatidas em estudos já no séc. XX sobre a prisão e criminalidade masculinas, mantêm-se inalteradas para a feminina (Cunha, 2007).

Para Vera Silva (2013), este preconceito sobre as mulheres que cometiam crimes acabaram por influenciar os estudos sobre o tema até à actualidade e só se verificou algum desenvolvimento a partir das investigações feministas sobre a história das prisões femininas, analisando os reformatórios para mulheres em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, com origem nos séculos XVII e XVIII. Esses espaços caracterizavam-se por regimes rígidos assentes em programas de reabilitação que envolvia uma total vigilância e disciplina funcionando como casas de correcção e de trabalho.

Assim e segundo a mesma autora, os regimes aplicados nas prisões femininas consistem, numa mistura de ideologias que reflectem a aceção de que as mulheres que cometem crimes são duplamente desviantes, uma vez que transgridem a lei e o modelo de feminilidade

normativo. Estas ideologias sob pressupostos neo-lombrosianos³ concorrem para a patologização e medicalização das mulheres, justificada pela sua suposta maior debilidade física e psicológica, e demonstram uma preocupação de reabilitação das mulheres reclusas, de acordo com o papel tradicional destas na família e na sociedade. Assim, as mulheres, além de serem submetidas aos mesmos dispositivos de controlo aplicados nas prisões masculinas, são também constrangidas psicologicamente pela imposição de três tipos de disciplinas: a feminilização, a domesticização e a medicalização, como vimos até aqui [(Silva apud Carlen e Worrall, 2004) (Silva, 2013)].

Também Raquel Matos e Carla Machado reflectem sobre o género feminino na conceptualização penal e de reclusão. Dizem as autoras que “Antes o direito penal parece julgar mais as mulheres pela maior ou menor conformidade do seu comportamento aos papéis de género do que às normas legais”, verificando-se assim o cumprimento de uma pena dupla; uma pela transgressão propriamente dita e outra pelo fato de ter falhado para com a sua identidade societal, os papeis atribuídos ao seu género, tais como mãe, cuidadora da família, “dona de casa”, entre outros. Para as mulheres reclusas o sentimento de culpabilização é exponencial, pois “falharam” em todas frentes, para além do afastamento e do estigma vividos pelas próprias e pelas suas famílias” (Matos & Machado, 2007).

Defende Ivone Cunha que existe um “manancial de simbolismo” em redor do género feminino a que o fenómeno da criminalidade também não é alheio. O Homem sendo (normalmente) a “medida” para tudo; ou seja o referencial, todo o sistema prisional, penal se ajustará a esta condição, como se à partida não fosse suposto equacionar o fenómeno de um indivíduo do género feminino poder praticar um crime; e em caso de o cometer toda a sua natureza é comparada, por semelhança à sua condição de feminilidade (Cunha, 2007).

1.3- Prisionização: adaptação à Instituição ou institucionalização da adaptação?

Retirada da sociedade, a pessoa detida passará por um processo de institucionalização e ressocialização a um meio que lhe é, salvo as situações de reincidência, desconhecido. No seu livro *A prisão feminina como 'ilha de Lesbos' e 'escola do crime'*, Ivone Cunha citando

³ Lombroso no anseio de buscar as motivações das práticas criminosas, concentrou-se no estudo da essência do criminoso, desenvolvendo uma extensa pesquisa empírica de traços físicos e mentais com indivíduos encarcerados, doentes mentais e soldados, denominada Antropologia Criminal. Considerando tais elementos, a pesquisa de Lombroso estabeleceu esses traços em “estigmas” passíveis de determinação de um potencial delitivo. Neste sentido, despida de qualquer tipo de livre arbítrio, a prática criminosa estaria sujeita apenas às características patológicas do indivíduo (*Fonte:Wikipedia*).

Clemmer refere que “conceito de "prisionização" ("prisonization") tendo sido introduzido em 1940 por Donald Clemmer, Reportando-se ao mesmo autor que definiu esse processo como o assumir, em maior ou em menor grau, os modos de vida, tradições, costumes da cultura penitenciária (ibid: p. 299). O impacto da prisão produziria mudanças nos reclusos, mudanças essas que obedeceriam aos mesmos trâmites dos processos aculturativos em geral” (Cunha, 1991).

Estas mudanças, ou os efeitos destas mudanças produziriam processos transformativos que acompanhariam o período de reclusão. Surgindo como resposta a uma adaptação imposta, decorriam na perspectivas de Sykes e Messinger, citados por Cunha, (1991) como uma resposta às cinco "*pains of imprisonment*" (dificuldades decorrentes das privações ocasionadas pela reclusão): privação de liberdade e sentimento de rejeição pela comunidade, privação material (relativa a bens e serviços), privação sexual (ou de contactos heterossexuais), privação de autonomia (com a correlativa degradação estatutária) e finalmente privação da segurança pessoal (Cunha, 1991).

Refere Catarina Fróis que a “cadeia”, o encarceramento vai-se entranhando nos corpos das reclusas e na forma como se apresentam ou se auto-apresentam. O discurso vai-se alterando em comparação com o discurso das outras reclusas, vai ganhando novos contornos e novos significados (Fróis, 2017:243).

Para além das rotinas, outro dos factores que é percepcionado como estratégia de adaptação ao meio prisional e à privação de liberdade é o recato e o conformismo com as regras que acabam por funcionar como resposta à censura e vigilância das colegas e dos Guardas Prisionais. (Fróis, 2017:35). Evocando a perspectiva dramaturgica de Goffman e fazendo uma transposição para o processo de ressocialização em contexto de prisionização, o“ ficar no quarto, longe do lugar onde é dada a festa” (Goffman, p. 20, 50) numa perspectiva de isolamento opcional numa analogia dramaturgica como ficar nos bastidores em vez de permanecer na boca de cena, poderá ser uma alternativa.

A solidão partilhada pelas reclusas é um elemento comum e faz parte da vida da comunidade prisional. Para Catarina Frois, “a gestão do quotidiano da cela, a intimidade que se materializa em presenças, silêncios e rotinas é muito característica do funcionamento de Instituições Totais” (Frois, 2017:115). Refere também esta autora que mais do que o crime, o que estas mulheres partilham é o confinamento (Frois, 1017:121).

Capítulo 2 – Caracterização do Estudo e Metodologia

A matriz central do presente estudo encontra-se dividida entre a pesquisa bibliográfica efectuada sobre a temática e a recolha de dados primários e secundários. No caso em apreço essa recolha de dados primários ocorreu no Estabelecimento Prisional de Tires (prisão feminina), no período de maio de 2019.

O universo, ou seja, a população feminina detida, à data do estudo era nessa data 430 reclusas, distribuídas da seguinte forma: 170 reclusas no pavilhão 1; 170 no pavilhão 2; 50 reclusas em Regime Aberto Virado para o Interior (RAI), 3 em Regime Aberto Virado para o Exterior (ERA) e 20 na casa das mães (números não muito precisos há data de hoje).

Numa analogia aos dados nacionais, oficiais, e remetendo-nos para os fornecidos pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, à data de 31 de dezembro de 2019, pode-se apresentar a presente tabela a título de ilustração da população feminina reclusa em Portugal:

Tabela 2.1. Dados da Direcção Geral dos Serviços Prisionais a 31-12-2019

Total de Mulheres reclusas em Portugal	Total de reclusas portuguesas	Total de reclusas estrangeiras	Total de reclusas brasileiras	Total de reclusas no EP Tires
859	658	201	103	421

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Analisando estes dados, verifica-se que do total das detidas, 76,6 % das reclusas são portuguesas; 23,40% são estrangeiras; 11,99% são brasileiras e 49,01% das reclusas encontram-se detidas no Estabelecimento Prisional de Tires. Ainda relativamente ao Estabelecimento Prisional de Tires a sua lotação, também a 31 de dezembro de 2019 seria de 470 reclusas, mas à data o número de detidas era de 421 reclusas.

A DGSP também indicou no relatório em análise, o número de reclusas por faixa etária e escolaridade. A maioria situa-se, respectivamente, em mulheres com idades entre os 30 e os 49 anos (253 reclusas) e com formação escolar até ao 9º ano (151 reclusas).

Após esta breve caracterização e partindo das hipóteses iniciais colocadas no presente estudo: elaborou-se o modelo de análise identificado na tabela 4.2., abaixo, num processo de redução a conceitos, indicadores e finalmente questões como um dos procedimentos de recolha dos dados. Numa fase posterior procedeu-se à sua operacionalização e análise dos resultados.

Tabela 2.2. – Modelo de Análise

Modelo de análise			
Hipóteses	conceitos	indicadores	Questões
até que ponto a duração da pena, s características socioculturais e etárias interferem na adaptação à Institucionalização	adaptação ao meio, submissão, espírito crítico	Grau de satisfação com a Instituição e o Pessoal civil e não civil, duração total da pena, tempo de reclusão à data da entrevista, idade, estado civil, filhos, nível de escolaridade	Questões: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 19, 20, 21, 22
quais são as principais características envolvidas nessa nova socialização dependem das características socioculturais e etárias	afectividade, sexualidade, submissão, silêncio, isolamento	Tipologia das interações habituais, privacidade, rotinas agradáveis e desagradáveis; duração total da pena, tempo de reclusão à data da entrevista, idade, estado civil, filhos, nível de escolaridade	Q. 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

2.1. - A escolha do Método

Entrevista semidirectiva

Como método de recolha de dados optou-se pela realização de entrevistas semidirectivas a 15 reclusas a cumprir pena de prisão efectiva, antecedida de uma entrevista exploratória à técnica de educação encarregue de acompanhar/viabilizar o presente estudo no terreno. Tendo em consideração, por um lado o contexto onde as interacções ocorrem, suas especificidades de vigilância e controlo e por outro as restrições no acesso ao terreno, afigurou-se o método de operacionalização mais conveniente. *“É possível afirmar que, em princípio, quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista, quanto mais vezes ela se repetir, mais profunda e mais rica será a informação recolhida, mas tratar-se-á duma informação centrada na pessoa do entrevistado e dificilmente generalizável em termos de explicação de um problema global teoricamente definido.”*(Ferreira De Almeida & Pinto, 1995)

A escolha do painel de entrevistadas foi decisão dos serviços prisionais do EP de Tires, na sequência do perfil solicitado pela autora, no que diz respeito à heterogeneidade na caracterização sociodemográfica e duração da pena. Os dias para a realização do trabalho de campo foram combinados entre as partes, fixando-se em três: um para a entrevista exploratória e os outros dois para as entrevistas com as reclusas.

Os guiões das entrevistas realizadas tanto à técnica de educação quanto às reclusas, foram previamente autorizados pela DGSP, O guião das entrevistas às reclusas comporta vinte e quatro questões e encontrava-se dividido da seguinte forma: as primeiras seis questões são de caracterização pessoal/ situacional; da sétima questão à décima segunda, colocam-se as questões relativas à situação de reclusão; da décima terceira questão à décima sétima, são abordadas questões relativas à sexualidade na prisão; e a partir da décima oitava até à

vigésima questão temas relativos à intimidade/privacidade. As duas últimas perguntas foram de remate da entrevista explorando as respectivas expectativas quanto ao futuro.

O guião da entrevista exploratória com a técnica de educação, compôs-se por vinte e duas questões e foi dividido da seguinte forma: as primeiras sete questões de caracterização sociodemográfica, a oitava e nona questão de caracterização do Estabelecimento Prisional; da décima à décima nona questão sobre as actividades e quotidiano das reclusas, bem como condições da reclusão e das interacções com a Instituição e com Pessoal. As três últimas questões, da vigésima à vigésima segunda, incidiram sobre o tema reclusão e intimidade sexual.

Das dezasseis entrevistas realizadas, quinze às reclusas e uma à técnica de educação, só sete foram efectuadas com recurso à utilização de gravador. Tal facto deveu-se a desconhecimento do procedimento previsto para a realização de trabalhos académicos. Só num segundo momento esse pedido terá sido efectuado, facto que inviabilizou a utilização do dispositivo

Aquando da realização das entrevistas às 15 reclusas, a todas foi garantida a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos, bem como recolhida a sua autorização expressa para a realização da entrevista e gravação áudio (nos casos aplicáveis). De registar que apesar deste facto ser do desconhecimento da autora do presente, terá sido somente aquando da realização da entrevista e já em contexto da interacção que todas as reclusas, sem excepção souberam o motivo de terem sido convocadas

Os guiões das entrevistas realizadas tanto à técnica de educação quanto às reclusas, foram previamente autorizados pela DGSP, O guião das entrevistas às reclusas comporta vinte e quatro questões e encontrava-se dividido da seguinte forma: as primeiras seis questões são de caracterização pessoal/ situacional; da sétima questão à décima segunda, colocam-se as questões relativas à situação de reclusão; da décima terceira questão à décima sétima, são abordadas questões relativas à sexualidade na prisão; e a partir da décima oitava até à vigésima questão temas relativos à intimidade/privacidade. As duas últimas perguntas foram de remate da entrevista explorando as respectivas expectativas quanto ao futuro.

Observação participante

Este método de recolha de informação não estava inicialmente projectado na fase preliminar do estudo. Contudo no decorrer dos três dias passados na Instituição e tendo em consideração a “riqueza” das informações e episódios pitorescos mais percebidos do que ouvidos, num

ambiente que normalmente é inacessível, justificou a elaboração de um diário de campo que completa o presente estudo e se encontrará como anexo ao presente.

A recolha da informação não seguiu, portanto, qualquer guião, nem foi estruturada de forma prévia, fazendo-se somente uma compilação das percepções e experiências vividas pela autora.

2.2 - Caracterização das Entrevistadas

A escolha do painel de entrevistadas foi da exclusiva responsabilidade do EP de Tires depois de solicitado à autora o perfil pretendido, aquando da entrevista exploratória. Foi indicado, que o painel teria de ser minimamente representativo com base nas seguintes premissas: as reclusas já deveriam estar a cumprir pena de prisão efectiva, deveriam obedecer a uma heterogeneidade sociocultural e duração da pena.

Das 15 reclusas entrevistadas todas se encontravam a cumprir pena efectiva, 9 encontram-se no pavilhão 2, ou seja: não podiam sair do recinto assim denominado. Podiam trabalhar, mas dentro do edifício. A única excepção permitida para a saída do pavilhão destina-se às reclusas que se encontrem matriculadas na escola.

Do painel de entrevistadas, 6 reclusas já se encontravam em regime aberto virado para o interior (RAI). Quer isto dizer que já não residem no pavilhão, podendo circular pelo recinto do estabelecimento prisional, embora sob vigilância e com restrições. Neste caso já não dormem em celas mas sim em quartos, segundo designação das próprias, quartos esses que se situam fora do Pavilhão. Também o trabalho pode ser realizado no exterior, embora dentro do Estabelecimento Prisional, advindo deste conceito a designação de “Regime Aberto para o Interior”. As ocupações laborais dividem-se entre as oficinas, o campo, a cozinha e também na área do apoio aos serviços de apoio administrativo (principalmente circulação de documentos e recados).

Relativamente à caracterização sociodemográfica das 15 reclusas inquiridas, verifica-se que o tempo médio de reclusão à data do estudo situava-se nos 4, sendo que a 13 das 15 reclusas inquiridas se encontravam cativas há 2 ou mais anos. Quanto à duração total da pena, a média dos anos de reclusão é 7.

Relativamente à média das idades das entrevistadas situava-se nos 45 anos, sendo que 8 das 15 reclusas se encontravam na faixa etária entre os 41 e os 50 anos e 3 acima dessa faixa.

Quanto ao estado civil, embora todos se encontrassem representados, a moda encontrava-se no estado civil divorciada num total de 6 entrevistadas. Todas as inquiridas tinham filhos, em média 3 e a média de idades nos 17 anos.

No que concerne à caracterização das habilitações escolares, a média do nível concluído situava-se nos 8 anos de escolaridade. Do total das entrevistadas, nove estudaram até ao 9º ano e seis concluíram o 12º ano de escolaridade ou superior.

Tabela 2.2.1- Caracterização sociodemográfica e penal das entrevistadas – Reclusas

Caracterização Sociodemografica e situacional das Entrevistadas																	
Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Duração da Pena				Quantidade	Filhos									Nível de escolaridade completo
			Tempo de reclusão em anos	tempo que falta para cumprir a pena em anos	duração total da pena em anos	pena a cumprir até poder pedir/obter liberdade condicional (1)		Idades									
Er1	39	solteira	2,6	2,1	4,7	-0,3	1	8									12º ano
Er2	53	viúva	2,3	5,5	7,8	1,6	1	33									9º ano
Er3	45	divorciada	7,3	8	15,3	0,4	2	25	20								7º ano
Er4	43	divorciada	0,4	5,6	6,0	2,6	4	24	22	15	7						9º ano
Er5	43	divorciada	5,4	6	11,4	0,3	3	26	25	10							4º ano
Er6 (2)	47	casada	7,6	0,4	8,0	-3,6	2										12º ano
Er7	49	solteira	4,0	4	8,0	0,0	4	30	29	23	21						6º ano
Er8	58	divorciada	2,6	0,4	3,0	-1,1	3	37	29	24							9º ano
Er9	39	união de facto	2,1	0,4	2,5	-0,9	2	13	11								12º ano
Er10	44	divorciada	5,0	5,7	10,7	0,4	9	25	23	22	20	18	14	10	9	6	Bacharelato
Er11	62	Divorciada	3,5	3,5	7,0	0,0											12º ano
Er12	31	solteira	4,8	2,2	7,0	-1,3	1	15									7º ano
Er13	28	solteira	4,0	4	8,0	0,0	1	4									9º ano
Er14	49	divorciada	0,11	0,1	2,0	0,9	1	26									12º ano
Er15	43	casada	4,5	4	8,5	-0,3	3	15	7	6							9º ano

Notas

(1) A lei nova prevê que o recluso pode ser posto em liberdade condicional, desde que dê o seu consentimento, quando: a-tiver cumprido ½ (metade) da pena e pelo menos 6 meses (...)

Fonte: Carta dos Direitos e Deveres dos Detidos e dos Reclusos, dos Detidos e dos Reclusos, redigida pela Comissão de Direitos Humanos da OA e aprovada na Sessão de Conselho Geral de 14 de Maio de 2004.

(2) Desconhece-se o facto pelo qual ainda não saiu em liberdade condicional; mas prestou a informação que cumpriria a pena em setembro de 2019 (ou seja 4 meses após o presente estudo).

Notas de Rodapé

Sobre cada uma das reclusas, e no mesmo momento que decoerria a entrevista e à margem das mesmas, restiraram-se apontamentos tanto visuais quanto de conteúdo veiculado através da comunicação verbal e não verbal. Considera-se pertinente a presente explanação tanto para um conhecimento mais aprofundado de cada uma das entrevistadas, como para registrar a unicidade dos seus testemunhos:

Er1: Já esteve presa em Marselha; Pessoa algo reservada/timida, refere que ocupa o seu tempo a ler. Estado físico degradado principalmente visível ao nível da dentição. Considera as pessoas com 50/60 anos serem homossexuais uma vergonha;

Er2: Reincidente pela 4ª vez presa - filho também foi detido. Parecia ser de etnia cigana . Refere dificuldade de integração, por exemplo no mercado laboral - andam em feiras e têm de arranjar dinheiro para sustentar a família. Diz que quando sair e na procura emprego, a primeira coisa que pedem é o registo criminal e aí são estigmatizadas pelo facto de terem estado presas. Justificação dada para a reincidência.

Er6: Muito reservada; limitou-se a responder às questões de forma quase telegráfica. Refere frequência universitária em contabilidade; casada mas separada. Assume que se apaixonou por uma mulher depois da reclusão e nunca tinha tido nenhuma experiência homossexual. Não quis falar dos filhos, tal como não quer que eles a vão visitar à prisão. Só os vê quando sai de precária. Refere contaminação do "ar" da prisão, não os quer expor-disse que o crime era dela. Que lá fora eles estavam protegidos. Refere que o tempo que está presa é como se não existisse - "um hiato" de tempo; um pesadelo. Apresentou-se como que para cumprir mais uma ordem...diz não questionar nada e não se interessar por nada do que se passa na prisão. Assume que merece cumprir a pena; cometeu um crime, quer pagar o mais depressa possível e retomar a sua vida onde a interrompeu, mas mudando tudo. Diz que não há dinheiro que pague a liberdade. Vai sair em setembro de 2019 em condicional.

Er7: Já era homossexual antes de entrar na prisão. Sem suporte familiar na rua. Os filhos estão todos em Inglaterra; a mãe morreu - não refere o pai.

Er8: O filho mais velho também foi preso no mesmo processo da mãe, apanhou 6 anos e pode ir visitá-la, mas já há dois meses que não vai.

Er9: Brasileira, está a aguardar saída em condicional e vai ser deportada para o seu País para acabar de cumprir a sua pena (creio que em regime aberto-condicional). O marido irá 6 meses mais tarde. Vivem juntos há 6 anos.

Er10: Inconsistências no discurso da entrevista nomeadamente quanto aos trabalhos realizados/eventuais habilitações académicas. Refere ser mãe galinha, mas esteve imenso tempo a pensar nas idades dos filhos e esqueceu-se de uma.

Er11: Depois de explicado o contexto... com voz cansada e contrariada: o que é que pretende saber? Foi a entrevista que demorou mais tempo - cerca de uma hora em vez da habitual meia hora. Ao principio muito desconfiada, muito pouco empática (do género - não tenho paciência para isto). Com o decorrer da conversa foi-se soltando, aliás logo na primeira questão respondeu quase contando toda a sua história de vida. Percebeu-se que na interação, fez questão de deixar bem claro (sem consciência) que era ela que respondia ao seu ritmo e não ao da entrevistadora. Muito demorada e preciosista a explicar cada detalhe. Muito enfoque às suas características intelectuais (ou das que acredita ter). Claramente com sentimento de superioridade intelectual em relação ao meio onde se encontra e percebeu-se que também seria assim cá fora. O discurso era consistente, mas muito obsessivo em relação a alguns temas: a sua criatividade, os gatos, a sagrada família, o amor e principalmente a alimentação e as questões ecológicas. Curiosamente o seu aspecto físico não parecia saudável - obesidade mórbida. Cabelo completamente rapado, riso por vezes histérico. Autoclassificou-se com personalidade borderline. Chegou a dizer que não fazia ideia de quanto tempo lhe faltava para acabar a pena (dava ideia de alguma alienação com algumas realidades). A vida familiar parecia terreno / assunto tabu - a sua linguagem não verbal transmitia que não permitiria questões nessa área. Falou principalmente do seu trabalho e das suas causas.

Er12: Brasileira, religiosa, sabia exactamente o tempo de reclusão e o que faltava para acabar de cumprir a pena, como se tivesse um contador automático no cérebro - dava ideia de ser um pensamento constante - curioso que já deveria ter sido concedida a liberdade condicional; ia saber notícias do novo pedido nodia seguinte à entrevista. Refere que existe discriminação com as reclusas estrangeiras (a brasileira é sempre a puta...). Refere que lidar com as pessoas ciganas é muito difícil, devido à sua cultura muito fechada o que leva a atitudes agressivas e de falta de respeito; portanto apesar de referir que existe discriminação, ela própria acaba por justificar que é muito difícil lidar com as pessoas de etnia cigana, demonstrando a própria um atitude xenófoba. Relativamente aos comportamentos lésbicos demonstrou alguma intolerância, argumentando que se não se pode ter relações hetero também não tem que ter relações homo, apesar de existirem, terá de ser às escondidas (diz que é algo muito íntimo e que as pessoas têm de respeitar para serem respeitadas) - ou seja: não dizendo, considera que

é falta de respeito as relações sexuais dentro da prisão a não ser que sejam muito resguardadas (até porque são proibidas).

Er13: Esta reclusa também, à semelhança da anterior também iria saber a resposta quanto à liberdade condicional no dia a seguir à entrevista. A filha de 4 anos nasceu na prisão e encontra-se à guarda do progenitor. Não quis responder à questão quanto à existência de relações homossexuais dentro da prisão.

Er14: Pessoa bastante reservada, foi criada em França e veio para Portugal em adolescente. O tema da sexualidade não a choca, mas incomoda-a, principalmente quando assiste. Manifestou vontade de continuar a estudar - História. Referiu com orgulho que criou o filho sozinha e não precisou de nenhum homem para a ajudar - disse fazer tudo o que era necessário (em termos de trabalho), referindo ter tido dois trabalhos para o poder sustentar. O filho entrou para a GNR. Refere que agora que ele já é autónomo já se sente menos pressionada e pronta para novos desafios.

Er15: Muito emotiva, chorou logo que se falou dos filhos. Fez o 9º ano na escola e um curso profissional - cozinha. Protegeu-se muito no início. Disse que era empresária, na rua - tinha um restaurante. Começou a trabalhar aos 13 anos.

Procedeu-se igualmente à caracterização sociodemográfica da Técnica de Educação, que estava encarregue de acompanhar o presente estudo.

Tabela 2.2.2. Caracterização sociodemográfica da Técnica de Educação

	Função actual	antiguidade na função	Função profissional anterior	Nível de escolaridade e concluído	idade	estado civil
Entrevistada Técnica de educação	Técnica de tratamento prisional. A função consiste no acompanhamento das reclusas desde a sua admissão até à saída, abrangendo várias áreas tais como: trabalho, escola e formação; atividades socioculturais, aplicação de programas psicossociais	20 anos	1 ano na reinserção social	Licenciatura em psicologia	49	casada

Casada, 49 anos, a técnicas de educação é licenciada em psicologia, e desempenha esta função no EP de Tires há 20 anos, Basicamente a sua função consiste no acompanhamento das reclusas desde o dia da admissão até à data da saída, promovendo junto das mesmas os vários programas de desenvolvimento pessoal e profissional durante o período de reclusão. Referiu gostar muito do seu trabalho, mencionando, contudo, que o número de reclusas atribuídas a cada técnica é muito elevado para que o resultado final possa ser bom; são somente quatro técnicas de educação para toda a população reclusa.

2.3 - Caracterização estrutural e funcional do Estabelecimento Prisional de Tires

Os dados relativos à caracterização do Estabelecimento Prisional de Tires, foram obtidos no decorrer da entrevista exploratória com a técnica de educação designada para acompanhar o trabalho de campo.

O Estabelecimento Prisional de Tires foi criado na década de 50 e até 1982 esteve sob tutela de freiras, sendo que partir dessa data passou para a tutela do Estado. Entre 1984 e 1989 também alojava reclusos do sexo masculino,

O EP é constituído por 3 pavilhões principais em regime fechado: o pavilhão 1 onde ocorre a admissão das reclusas e contem tem dois espaços com funções distintas. O primeiro espaço/momento é no rés-do-chão e é composto por celas individuais, destinadas às reclusas em fase de admissão, reclusas com problemas de saúde, mobilidade reduzida ou as que trabalham. À data do estudo contava com uma população de 430 reclusas, distribuídas geograficamente da seguinte forma (dados gerais aproximados recolhidos no decorrer da entrevista com a técnica de educação) 170 no pavilhão 1; 170 no Pavilhão 2 - 50 em Regime Aberto Virado para o Interior; 3 em Regime Aberto Virado Para o Exterior; 20 na casa das mães.

É na fase de admissão – a primeira - que se elabora o Plano Individual de Reabilitação (PIR), que tem a ver com necessidades criminógenas (avaliação do risco)⁴. O período de tempo previsto para o processo de admissão é no máximo 15 dias, após o qual são encaminhadas para o primeiro piso, onde as celas são partilhadas por 3 a 4 reclusas, ai permanecendo até ser decretada a sentença e passarem ao estatuto de condenadas. As reclusas que se encontram detidas neste pavilhão, já podem exercer actividade laboral e ir à escola

⁴ Secretaria-geral do Ministério da Justiça- o QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização - constitui um documento de suporte à gestão e avaliação de desempenho do serviço, onde se identifica a sua missão, os objectivos estratégicos e operacionais, os indicadores de desempenho e os recursos disponíveis.

Uma vez condenadas, são encaminhadas para o pavilhão 2, que sendo muito idêntico ao anterior, é o local onde as reclusas passam a maior parte da sua pena. Todas são incentivadas a ter uma ocupação seja trabalho, acções de voluntariado ou inclusão nos vários ciclos de estudo.

À data do presente estudo o pavilhão 3 encontra-se inactivo. Era o pavilhão que na época identificada no primeiro parágrafo deste capítulo, se destinava a reclusos do sexo masculino.

Em regime aberto, o EP existem duas tipologias de pavilhões; um denominado RAI – Regime Aberto para o Interior, e outro RAE – Regime Aberto para o Exterior. As reclusas que vivem nestes pavilhões já não têm as celas, mas quartos que podem ser individuais ou partilhados. Todas trabalham, pelo que o quotidiano já se assemelha mais à vida em sociedade extramuros. Saem da sua habitação, vão trabalhar e regressam ao final do dia. A diferença entre a vida num e noutro pavilhão prende-se com o grau de liberdade. No RAI o trabalho é efectuado no interior do EP e no RAE é no exterior, ou seja: já inserido na comunidade. Saem de manhã do EP e regressam no final da jornada de trabalho.

As reclusas que trabalham em regime aberto para o interior são remuneradas (um valor incipiente mas que de qualquer forma dá para os seus gastos do dia-a-dia e para colocarem numa poupança que lhes será entregue aquando da sua saída. Trabalham em diversas áreas desde a cozinha aos trabalhos no terreno da quinta, nas produções hortícolas até aos serviços administrativos. Também recebem trabalho de fora para ser elaborado dentro dos muros das prisões.

As reclusas que trabalham no exterior, beneficiam de acordos que o EP tem com algumas empresas da área geográfica onde se insere. Mediante estes acordos, as reclusas têm contrato de trabalho e recebem o ordenado mínimo nacional acrescido de subsídio de refeição e de transporte, que é parcialmente gerido pelo EP, com o objectivo de lhes proporcionar uma poupança para quando saírem em liberdade, retirando uma parte para os seus gastos do dia-a-dia. Pode acontecer, e já aconteceu a uma Empresa que tinha uma trabalhadora reclusas, continuar a contar com os seus serviços depois do cumprimento da pena.

Para além dos pavilhões existe no EP de Tires a Casa da Mães com cerca de 20 reclusas. Esta casa destina-se a reclusas que estão grávidas ou têm filhos até aos 3 anos de idade. As mães (grávidas) trabalham até terem os bebés e depois da licença de maternidade, voltam a trabalhar e deixam os seus filhos na creche (dentro da instituição). No final de cada dia, são as crianças que vão ter com as mães e não o contrário. A creche neste momento tem 20 crianças,

e o pessoal é composto por duas educadoras de infância, mais 4 auxiliares (que são reclusas em regime aberto para o interior). As crianças com mais de 3 anos já não podem ficar com as mães no EP.

Para além da casa das mães e da creche, o EP de Tires conta igualmente com uma ala autónoma que funciona como escola. Os procedimentos e as dinâmicas são em tudo semelhantes a uma escola da sociedade exterior, incluindo a necessidade de efectuar anualmente as matriculas e cumprir um calendário lectivo. Esta escola é homologada com o ministério da educação, pelo que as reclusas que assim o queiram poderão prosseguir (ou iniciar) os seus ciclos de estudos.

De forma complementar e transversal a toda a instituição encontram-se a funcionar, dentro do espaço prisional, os serviços centrais de direcção e administrativos e os serviços médicos e de enfermagem que contêm as seguintes valências: enfermagem – diariamente; médico de clínica geral – todos os dias de segunda a sexta-feira; psiquiatria – uma vez por semana; ginecologia – uma vez por semana; estomatologia – uma vez por semana; protésico – a combinar; psicologia – dois profissionais – um é do quadro de pessoal; um técnico de farmácia também é do quadro de pessoal.

A título de nota, também se poderá encontrar dentro do EP de Tires um café/restaurante com esplanada que tanto serve o pessoal civil e militar (guardas) quanto os diversos atores que visitam o EP no âmbito das suas actividades profissionais ou académicas.

Capítulo 3 – Retratos cor-de-rosa

Neste capítulo dedicado aos resultados, que será dividido em subcapítulos, procedeu-se à elaboração de um grupo de análise, composto pelos indicadores *tempo de reclusão*, *duração da pena*, *faixa etária* e *escolaridade*, por comparação com alguns conjuntos de variáveis, numa tentativa de aferir qual a relação entre eles, bem como tentar obter um retrato que nos permita avaliar as hipóteses colocadas no presente estudo.

Em todos os grupos de comparação a única constante é a da idade, correspondendo a maioria das respostas às reclusas com idades na faixa etária dos 41 aos 50 anos.

Para a análise da informação recolhida tentou-se usar os preceitos enunciados por Maroy que refere que, o método de análise qualitativa de entrevistas consiste basicamente em descobrir

categorias: classes de objectos, acções, pessoas ou acontecimentos, seguindo-se a elaboração de relações entre essas classes (Maroy, 1997).

3.1 - A Instituição na opinião das reclusas – uma análise comparada e testemunhos relevantes

Dividiu-se a análise deste indicador em três grupos de análise: a primeira avaliação geral sobre as instalações físicas e de suporte tais como: conforto das celas, qualidade e diversidade da alimentação e qualidade no atendimento médico e psicológico. Num segundo grupo, recolheu-se a opinião de todas as entrevistadas sobre o ambiente no que dizia respeito ao trato por parte das guardas prisionais e técnicas de educação e reinserção. Num terceiro grupo, afinou-se a análise cruzando-se os indicadores – duração da Pena/ características sociodemográficas e grau de satisfação com a Instituição em geral, numa perspectiva quantitativa.

1º grupo de análise

Tabela 3.1.1-Instalações físicas e de suporte – Celas, Alimentação, Atendimento Médico

Entrevistadas	Local de reclusão	Duração da Pena		Caracterização das entrevistadas				Conforto na Instituição			
		Há quanto tempo reclusa	Duração Total da Pena	Idade	Estado Civil	Tem Filhos (Sim/Não)Quantos	Nível de escolaridade completo	CELAS	ALIMENTAÇÃO	ATENDIMENTO MÉDICO	
Er1	Pavilhão 2	2,6	4,7	39	solteira	Sim	8	12	Degradadas, pequenas, zona do duche degradada, falta de conforto	Má, pouco saudável	Mau
Er2	Pavilhão 2	2,3	7,8	53	viúva	sim	1	9	Pequenas	Péssima e insuficiente	Razoável
Er3	Pavilhão 2	7,3	15,3	45	divorciada	sim	2	7	não responde	não responde	não responde
Er4	Pavilhão 2	0,4	6,0	43	divorciada	sim	4	9	não responde	Fraca, sem variedade	não responde
Er5	Pavilhão 2	5,4	11,4	43	divorciada	sim	3	4	não responde	não responde	não responde
Er6	Pavilhão 2	7,6	8,0	47	casada	sim	2	12	não responde	não responde	Falta de apoio psicológico
Er7	Pavilhão 2	4,0	8,0	49	solteira	sim	4	6	não responde	Fraca qualidade	Bom
Er8	Pavilhão 2	2,6	3,0	58	divorciada	sim	4	9	não responde	Fraca Qualidade, sem variedade	Mau
Er9	Pavilhão 2	2,1	2,5	39	união de facto	sim	2	12	não responde	não responde	não responde
Er10	RAI	5,0	10,7	44	divorciada	sim	9	Bacharelato	Degradadas, pequenas, pouca arrumação, humidade, falta de celas para não fumadoras	Fraca Qualidade, sem variedade	não responde
Er11	RAI	3,5	7,0	62	divorciada	sim	0	12	não responde	Fraca Qualidade, sem variedade	o atendimento médico mau. Refere como exemplo o dentista e o facto
Er12	RAI	4,8	7,0	31	solteira	sim	1	7	RAZOÁVEL	razoável	Razoável
Er13	RAI	4,0	8,0	28	solteira	sim	1	9	RAZOÁVEL	Fraca qualidade de confecção	Sem razão de queixa
Er14	RAI	0,11	2,0	49	divorciada	sim	1	12º	As instalações nos pavilhões estão obsoletas e degradadas. No RAI é mais confortável	não responde	não responde
Er15	RAI	4,5	8,5	43	casada	sim	3	9	não responde	Razoável	Sem razão de queixa

De uma forma geral, e analisando o primeiro grupo, a maioria das reclusas optou por não responder quanto às condições das celas. As que responderam na sua maioria considera que as celas se encontram degradadas e pequenas e referem a falta de conforto de degradação, principalmente na zona do duche. As únicas reclusas que classificaram as celas de razoáveis encontram-se no RAI, onde já não têm celas, mas sim quartos.

No que diz respeito à alimentação a maioria refere como sendo fraca qualidade e pouca variedade. Já relativamente ao atendimento médico, as opiniões dividiram-se. Das 15 reclusas, 6 não responderam e as restantes 5 consideram Bom ou razoável e 4 Mau, dando especial ênfase à falta de apoio psicológico e medicina dentária.

2º grupo de análise:

Tabela 3.1.2- Grau de satisfação com Guardas Prisionais e Técnicas de educação/reinserção

Entrevistadas	Local de reclusão	Duração da Pena		Caracterização das entrevistadas				Satisfação com o Pessoal - Guardas e Civil		
		Há quanto tempo reclusa	Duração Total da Pena	Idade	Estado Civil	Tem Filhos (Sim/Não) Quantos	Nível de escolaridade completo	GUARDAS	TÉCNICAS	
Er1	Pavilhão 2	2,6	4,7	39	solteira	Sim	8	12	FAZEM O QUE É POSSÍVEL	não responde
Er2	Pavilhão 2	2,3	7,8	53	viúva	sim	1	9	FAZEM O QUE É POSSÍVEL; POUCO PESSOAL	POUCO PESSOAL
Er3	Pavilhão 2	7,3	15,3	45	divorciada	sim	2	7	TÊM UM PAPEL IMPORTANTE	FALTA DE APOIO DAS TÉCNICAS; PONTO
Er4	Pavilhão 2	0,4	6,0	43	divorciada	sim	4	9	ALGUMAS GUARDAS SÃO BOAS OUTRAS NÃO	SEM QUEIXAS
Er5	Pavilhão 2	5,4	11,4	43	divorciada	sim	3	4	SEM RAZÃO DE QUEIXA	SEM RAZÃO DE QUEIXA
Er6	Pavilhão 2	7,6	8,0	47	casada	sim	2	12	não refere de forma clara	NÃO EXISTE APOIO
Er7	Pavilhão 2	4,0	8,0	49	solteira	sim	4	6	BOM	BOM
Er8	Pavilhão 2	2,6	3,0	58	divorciada	sim	4	9	MUITO BOM	MUITO BOM
Er9	Pavilhão 2	2,1	2,5	39	união de facto	sim	2	12	PÉSSIMO	PÉSSIMO, ESTIGMATIZANTE
Er10	RAI	5,0	10,7	44	divorciada	sim	9	bacharelato Tenho o bacharelato como	EXCELENTE	FALTA DE RESPOSTA POR FALTA DE PESSOAL
Er11	RAI	3,5	7,0	62	isso é complicado...oficialmente sou	sim	0	12	NA MAIORIA EXCELENTE	FALTA DE RESPOSTA POR FALTA DE PESSOAL
Er12	RAI	4,8	7,0	31	solteira	sim	1	7	SEM RAZÃO DE QUEIXA	SEM RAZÃO DE QUEIXA
Er13	RAI	4,0	8,0	28	solteira	sim	1	9	EXCELENTE	SEM RAZÃO DE QUEIXA
Er14	RAI	0,11	2,0	49	divorciada	sim	1	12º	não responde	não responde
Er15	RAI	4,5	8,5	43	casada	sim	3	9	SEM RAZÃO DE QUEIXA	SEM RAZÃO DE QUEIXA

Reportando-nos às guardas prisionais a maioria das inquiridas reitera de excelente, bom ou razoável o papel desempenhado por essas profissionais, referindo que são as pessoas que se encontram mais próximas das reclusas e atribuindo-lhe papéis de cariz familiar como mães ou irmãs ou mesmo assumindo papéis de outros profissionais como os psicólogos ou educadoras; em suma na opinião de 12 entrevistadas têm um papel importante e/ou razoável:

ER10“ (...) quanto às guardas, são tudo: são psicólogas, são educadoras, são mães são irmãs...são as pessoas que estão mais próximas de nós e ajudam e lutam...”

ER3 “Têm um papel importante”

ER2:”Fazem o que é possível; pouco Pessoal”

Já no que concerne às técnicas de educação ou de reinserção as respostas são mais heterogéneas: Só duas reclusas classificam o trato recebido como bom e muito Bom; 5 reclusas referem como razoável; sendo que, das que responderam, 6 reclusas classificam de forma negativa o trabalho destas profissionais, referindo de uma forma geral falta de apoio ou de resposta, mas acrescentando que se prende com a falta de pessoal. Duas entrevistadas referem como negativo tanto o papel das guardas como das técnicas e uma considera péssimo.

Er3.: “Falta de apoio das técnicas; ponto positivo para as educadoras.”

Er5: .”Não tenho razão de queixa”

Er11: “As educadoras têm demasiado trabalho são poucas para tanto pessoal...nós queixamo-nos que não nos vêm ver, mas eu percebo, coitadas que não têm 20 mãos... nem 50 cabeças... “

Em resumo, quando cruzados os indicadores *tempo de reclusão, duração da pena, e a escolaridade, com a satisfação com a instituição* verifica-se pelo quadro acima uma heterogeneidade nas respostas à exceção da questão sobre a qualidade da alimentação, verificando-se uma convergência de opiniões entre os vários grupos em análise, considerando-a má ou de fraca qualidade.

3º grupo de análise

Tabela 3.1.3 – Relação entre a duração da pena e as características sociodemográficas com a satisfação com a Instituição

Relação entre a duração da pena e as características sociodemográficas com a satisfação com a Instituição																												
Indicadores	Nº de reclusas entrevistadas em análise	idades				local de reclusão		qualidade das celas				alimentação				atendimento médico				interação com as guardas				interação com as técnicas				
		20/30	31/40	41/50	>51	Pavilhão 2	RAI	Boas	Más	razoável	nr	Boas	Más	razoável	nr	Bom	Mau	razoável	nr	Bom	Mau	razoável	nr	Bom	Mau	razoável	nr	
tempo de reclusão (mais de 2 anos)	13	1	3	6	3	8	5		3	2	8		7	2	4	1	5	3	4		6	2	5	0	2	6	4	1
duração da pena ≥ 6 anos	10	1	1	7	1	6	4		2	2	6		5	2	3	1	1	4	4		4	1	5	0	1	4	5	
habilitações ≤ 9º ano	9	1	1	5	2	6	3		1	2	6		5	2	2	1		5	3		4		5		2	2	5	
habilitações ≥ 12º ano	6		2	3	1	3	3		3		3		3		3		3		3		2	2	1	1		4		2

As reclusas com tempo de reclusão com 2 ou mais anos e com as habilitações ao nível do 12º ano ou mais, respondem de forma tendencialmente inversa à restante população inquirida.

Enquanto as respostas mais frequentadas indicam que a qualidade das celas, o atendimento médico e a interacção com o pessoal – guardas e técnicas – é razoável, as reclusas com tempo de reclusão com dois ou mais anos e habilitações ao nível do 12º ano, ou superior, referem que a qualidade das celas, o atendimento médico e a interacção com as técnicas é mau. No caso da interacção com as guardas as opiniões dividem-se pois as respostas mais frequentadas para esta população variam entre o bom e o mau, contrariando a tendência do razoável, das restantes inquiridas.

3.2. - O “Eu recluso” – rotinas

Trabalho / Estudo

A maioria das reclusas trabalha (13) e 2 trabalham e estudam. Duas trabalham na cozinha/copa, uma na oficina, como técnica de montagem de máquinas, duas trabalham para a empresa Polismar e uma na Tecnografe⁵, duas trabalham no campo do EP.

⁵ O trabalho vem de fora para dentro da Instituição

Para quem trabalha a rotina diária poder-se-á esquematizar da seguinte forma, e passa-se a ilustrar com a resposta de duas reclusas:

Er9: “ (...), sou a primeira a acordar no maior silêncio para as outras não acordarem, tomo o meu cafezinho, fumo o meu cigarro espero para dar o primeiro toque, para tomar banho. Como trabalho, o tempo passa, (...) é no final de semana que saímos para o recreio – durante o dia estamos a trabalhar e não dá. Trabalhamos das 9 às 12 e das 14 às 17h – somos fechadas às 19h. O recreio é aqui dentro mesmo do pavilhão.”

Er5: “trabalho na oficina – técnica de montagem de máquinas – das 9h às 17h25. Depois janto e às 19h somos encerradas nas celas”.

Deixa-se igualmente um exemplo de rotina de uma das reclusas que não trabalha nem estuda:

Er4: “Acordo às 8h15, vamos tomar o pequeno-almoço. a hora de encerramento é às 9h, estamos até às 10h15 no recreio, vamos para a cela, depois vem o almoço. depois vamos para a cela até às 14h45. A essa hora abrem as portas até às 17h45. A essa hora vamos jantar – às 19h00 está tudo fechado”.

Lazer

No seu dia-a-dia, 8 das 15 reclusas preferem ocupar os seus tempos livres em actividades solitárias e 10 referem que o melhor momento do dia é quando são fechadas nas celas.

Tabela 3.2.1 – Rotinas agradáveis / momentos de lazer

o momento mais aguardado do dia	Como ocupam pos tempos livres / momentos mais agradáveis de cada dia										
	dormir	duche	orar/meditar	ler	ouvir música	ver televisão	telefonar	compras	conversar	cozinhar	não responde(não refere)
10	2	3	1	4	4	5	1	1	5	1	1

As ocupações dos tempos de lazer mais referidas pelas reclusas são as indicadas na tabela 3.2.1, acima. Das 15 entrevistadas, 5 referem que apreciam conversar, a par de ver televisão, seguindo-se de ouvir música e ler. Contudo, muitas destas actividades são concomitantes. Pretendeu-se traçar um quadro genérico ilustrativo das respostas obtidas., ilustrando com algumas respostas das reclusas:

Er3: Hobbies e Lazer: “ouvir música, conversar”.

Momento do dia mais aguardado: “tomar banho, estar calmamente a ouvir música, conversar com as colegas de cela”.

Er9: “ler, costurar, ouvir música, conversar”

“não sou muito de ver televisão, sou mais de ler, costurar, ouvir música, conversar... somos todas brasileiras. Há diferença entre as portuguesas e as brasileiras, há diferenças, mas não é a nacionalidade que importa, é o feitio ... isso é que é difícil”.

Er13: Hobbies e Lazer: “(...) “vou para o quarto, tomo banho, vejo televisão e adormeço”

Momento do dia mais aguardado: “É quando estou sozinha. Sinto necessidade de estar sozinha. e eu ali tenho essa possibilidade, coisa que nos pavilhões não tinha (...)”.

Tabela 3.2.2 – Rotinas por duração da reclusão e características sociodemográficas

Rotinas												
Indicadores	Nº de reclusas entrevistadas em análise	idades				trabalha/estuda			momentos mais agradáveis durante o dia			
		20/30	31/40	41/50	>51	sim	não	nr	cela /hora do fecho	momentos de convívio	trabalho	nr
tempo de reclusão (mais de 2 anos)	13	1	3	6	3	12		1	8	5		
duração da pena ≥ 6 anos	10	1	1	7	1	8	1	1	7	2		1
habilitações ≤ 9º ano	9	1	1	5	2	8	1		5	3		1
habilitações ≥ 12º ano	6		2	3	1	5		1	3	2	1	

Nos grupos em análise, procedeu-se à verificação do impacto da duração da reclusão e da pena com a escolaridade em comparação com a ocupação na prisão, bem como os momentos referidos como mais agradáveis ou esperados ao longo do dia.

De acordo com a tabela Tabela 3.2.2, pode-se constatar a homogeneidade das respostas das inquiridas no que diz respeito às Rotinas – ocupação do tempo bem como ocupação dos tempos livres. Todas trabalham e o momento eleito como o mais agradável do dia coincide com a hora de recolha, ou seja quando são fechadas nas celas, por contraponto aos momentos de convívio.

3.3 - O Eu e o Outro – sentimentos e interações possíveis

Sentimentos entre reclusas

O grupo de análise de cariz mais íntimo e de interação entre as reclusas, iniciou-se pela análise da questão acerca dos sentimentos vivenciados pelas entrevistadas, de uma forma

geral, procurando aferir se se caracterizariam como preponderantemente mais positivos ou negativos e, se se conseguiria identificar a sua tipologia.

Na primeira questão colocada sobre o tema (questão 10), das 15 reclusas entrevistadas, 9 referem que os sentimentos vivenciados pelas reclusas na sua opinião são predominantemente negativos, referindo os conflitos, o *stress*, a inveja a maledicência e a falsidade.

Já na questão 11 onde se tentava perceber se seria possível a identificação de algum sentimento positivo e se sim, qual (ais), 11 reclusas referem que sim entre os quais, afecto, amizade, familiaridade e cumplicidade.

Somente 2 reclusas referiram, nestas duas questões, para além dos sentimentos acima descritos outros de cariz sexual e/ou homoafectivo:

Er1: “amizade, mas existe de tudo; o sexo torna-se uma moda... pessoas de 50 e 60 anos, homossexuais, uma pouca-vergonha. O ciúme também existe, mas mais na faixa etária dos 20/25 anos”.

Er5: “mais de cariz sexual; são as pessoas mais novas e principalmente as estrangeiras.”

Tabela 3.3.1.- Sentimentos entre as reclusas por duração da reclusão e habilitações

Sentimentos entre as reclusas													
Indicadores	Nº de reclusas entrevistadas em análise	idades				identificação de sentimentos positivos entre as reclusas			caracterização dos sentimentos vivenciados entre as reclusas				
		20/ 30	31/ 40	41/ 50	>51	negativos	positivos	nr	amizade/ cumplicidade	sexo	inveja, discriminação, falsidade/ maledicência	nr	
tempo de reclusão (mais de 2 anos)	13	1	3	6	3	1	9	3	7	2	6	4	
duração da pena ≥ 6 anos	10	1	1	7	1	1	7	2	6	1	4	3	
habilitações ≤ 9º ano	9	1	1	5	2	1	6	2	5	1	4	3	
habilitações ≥ 12º ano	6		2	3	1		5	1	5	1	4	1	

Procedendo-se à análise quantitativa mediante o cruzamento dos indicadores – duração da pena/ características sociodemográficas com identificação e tipologia dos sentimentos vivenciados pelas entrevistadas, verificaram-se os seguintes resultados:

Embora se possa verificar uma heterogeneidade na identificação de vários sentimentos, por vezes dicotómicos, referidos pelas inquiridas, numa análise comparativa consegue-se perceber, que a identificação de sentimentos positivos é superior aos negativos em todos os grupos. Esta tendência mantém-se na identificação dos principais sentimentos vivenciados

pelas reclusas, que os caracterizam como sentimentos de amizade e cumplicidade, mas muito próximos dos sentimentos negativos identificados como inveja discriminação, falsidade e maledicência.

Os sentimentos de cariz sexual foram igualmente identificados no grupo de reclusas que se encontram presas há dois ou mais anos.

Privacidade?

Tabela 3.3.2.- Privacidade – por tempo de reclusão e habilitações

privacidade															
Indicadores	Nº de reclusas entrevistadas em análise	idades				nº de reclusas por cela						possibilidade de momentos de privacidade			
		20/30	31/40	41/50	>51	1	2	3	4	5	nr	sim	não	nr	
tempo de reclusão (mais de 2 anos)	13	1	3	6	3	2	1	1	3	5	1	4	9		
duração da pena ≥ 6 anos	10	1	1	7	1		1	1	4	4		2	8		
habilitações ≤ 9º ano	9	1	1	5	2	1	1	1	2	4		3	6		
habilitações ≥ 12º ano	6		2	3	1	1			2	2	1	1	5		

Quando questionadas sobre a possibilidade de existência de privacidade ou alguns momentos de intimidade, a maioria das respostas foi robusta no sentido do não. Também a maioria das inquiridas refere que o número de habitantes por cela se situa entre as 4 e as 5 Pessoas, facto pelo qual se poderá inferir a justificação da falta de privacidade.

Tendo 4 reclusas respondendo sim, que seria possível, verifica-se que uma delas coabita com mais 3 reclusas no mesmo quarto (está no RAI). Passa-se a transcrever a sua resposta:

Er12: “no RAI já é quarto, fecha a porta do pavilhão às 20h, mas os quartos são abertos, você tem livre acesso aquele meio. O quarto tem 4 pessoas. É um quarto normal, a casa de banho é fora, no balneário, mas é um quarto que você abre e sai.”

“dá para se ter... eu no tempo que cá estou não há ninguém que possa te dizer, eu vi ela nua... porque eu sempre me resguardei muito, mas isso já é de casa...minha mãe é muito reservada, (...)...se você quiser, dá para manter”.

As restantes reclusas que responderam que seria possível ter momentos privados estão sozinhas na sua cela ou quarto à excepção da ER15 que partilha o quarto com uma colega, com quem se dá bem.

Sexualidade e papéis de género

Colocada a 13ª questão da entrevista, perguntava-se directamente às entrevistadas se sabiam da existência de relações de cariz sexual na prisão. Das 15 reclusas inquiridas, 13 responderam sim e 2 não responderam. Ao ser solicitada uma justificação para a resposta, a maioria referiu que, apesar de existirem, esses relacionamentos, são clandestinos e que ocorrem devido ao facto de estarem presas e sentirem falta de afecto. Referem a visibilidade destes comportamentos e a normalidade dos mesmos no ambiente prisional. Transcreve-se abaixo algumas das respostas mais ilustrativas:

ER1: “a maioria. Quem não o faz é que não é normal. Penso que podem alterar depois de alguns anos...”

ER4: “Sim, até no recreio. Pela falta de carinho”

ER6: “sim, e não só as sexuais. Eu conheci a mulher da minha vida cá dentro. Nunca tive qualquer experiência homossexual lá fora. Tive uma vida supostamente normal... casei, tive filhos... no entanto, apaixonei-me aqui dentro, já assumimos perante todos. Ela está lá fora e está à minha espera... a minha família já a conhece e aceita – ela é a minha mulher, vem-me visitar... é com ela que eu quero estar quando sair daqui (...).”

ER9: “há os relacionamentos homoafetivos, mas é proibido, se as guardas virem há participações e castigos e dependendo do que foi visto, há vários tipos, níveis de castigos ... beijos só no rosto, abraço até que pode... tudo o resto é proibido. Intimidade existe, mas às escondidas. à noite se calhar do par estar na mesma cela, pode ser que haja, mas as guardas estão sempre a fazer rondas durante a noite, e as outras pessoas da cela se estiver a dormir, é complicado...”

Acerca da percepção das reclusas sobre eventuais identificação de papéis de género na prisão, foi colocada a questão nº 11: *“Quanto aos comportamentos, normalmente, associados ao género feminino e masculino? Consegue identificar essas associações de papéis entre as reclusas?”*

A resposta a esta questão foi ambígua e as respostas obtidas só ocorreram depois de uma explicação suplementar acerca do que estava a ser questionado. Fazendo esta ressalva, considera-se pertinente indicar algumas respostas mais ilustrativas:

Er5: “São os machinhos – é por causa da falta de amor e atenção.”

Er1: “mudam e por causa das guardas... podem influenciar por imitação.”

Er7: “algumas alteram, outras já entram assim...”

Tabela 3.3.3.- Sexualidade - por duração da reclusão e características sociodemográficas

sexualidade											
Indicadores	Nº de reclusas entrevistadas em análise	idades				existência de relações sexuais entre as reclusas			papeis de gênero masculino		
		20/30	31/40	41/50	>51	sim	não	nr	sim	não	nr
tempo de reclusão (mais de 2 anos)	13	1	3	6	3	11		2	6	1	6
duração da pena ≥ 6 anos	10	1	1	7	1	8		2	5	1	4
habilitações ≤ 9º ano	9	1	1	5	2	7		2	6	1	2
habilitações ≥ 12º ano	6		2	3	1	6			1		5

Quantificando-se os dados extraídos da análise das entrevistas, quando cruzados os indicadores tempo de reclusão e escolaridade com o conhecimento da existência de relações sexuais na prisão, verifica-se através da leitura da Tabela 3.3.3, que a frequência é superior nas faixas etárias entre os 41 e os 50 anos, sendo o sim a resposta mais frequentada.

Relativamente à questão acerca da identificação de papéis de gênero, as opiniões dividiram-se, contudo a resposta mais frequentada foi no sentido do sim. Verifica-se no entanto uma tendência de não resposta.

Novos casais formados na Prisão – qual a posição da Instituição?

Tentou-se perceber na sequência das questões colocadas sobre a existência de práticas homoafectivas, se as reclusas tinham conhecimento, ou como percepcionavam as condições preconizadas pela instituição para a promoção de momentos de privacidade entre esses novos casais formados ou mesmo de visitas íntimas, à semelhança do que se encontra regulamentado⁶ para os casais cujos cônjuges se encontram fora do Estabelecimento Prisional.

⁶ **Artigo 120.º - Requisitos**

1 — Pode ser autorizado a receber visitas íntimas o recluso que não tenha beneficiado de licença de saída jurisdicional há mais de seis meses e que, à data do início da reclusão: a) Seja casado; ou b) Mantenha relação análoga à dos cônjuges ou relação afetiva estável com pessoa que tenha sido indicada nos termos (...) e visite regularmente o recluso ou mantenha com ele correspondência regular.(...) (Fonte: Regulamento Geral dos Serviços Prisionais).

Das 15 reclusas, 6 responderam que não tinham qualquer conhecimento de condições preconizadas pela Instituição para a prática da conjugalidade entre reclusas e que, inclusivamente, tais práticas para além de não serem permitidas seriam punidas, 2 reclusas dizem que sim que é possível mas não é fácil, As restantes não respondem. Ilustram-se estas afirmações com exemplos de algumas respostas:

ER7: “Temos de andar às escondidas, eu já fiz vida de casal com uma durante seis meses, mas às escondidas, nem guardas bem nada... Quando souberam, mudaram. Só souberam porque ela disse quando eu vim aqui para o 2, se não, não sabiam. Estava no pavilhão 1. Eu tenho medo de falar com as educadoras sobre isto, porque elas sabem, não é? nunca me deu para falar com as educadoras sobre isso. Com as guardas a gente, fala, mas é diferente, não é? com as guardas, a gente já tem amizade... e dá para desabafar com elas, contar, mas não vamos dizer que andamos com uma mulher, logicamente. Elas para além de guardas têm de fazer o papel delas, que elas também são contra – estarem a separar casais...”

ER10: “Não têm intimidade, e quando tentam ter, como é algo que é proibido pelo regulamento, portanto as guardas tentam saber se isso acontece (como outras coisas proibidas) e quando procuram, dão sanções graves, tipo cela disciplinar que é o chamado manco.. que foi o que aconteceu com uma moça, apanharam-na com uma rapariga, mudaram para o pavilhão 1, do pavilhão 1 foi para Odemira , a moça que estava aqui foi cumprir 5 dias de manco (manco???)... manco é uma cela onde só em uma pedra, tem uma janela assim redondinha, tem uma grade, depois tem um corredor... a sanita é um buraco no chão ... segundo o que eu ouvi dizer este castigo é proibido, está proibido, já foi proibido porque já se mataram muitas pessoas lá dentro, montes de pessoas... já chegaram pessoas a ficar 30 dias lá dentro, o que é que ultimamente em vez de 30, punham 15 e depois voltavam a cumprir os outros 15...mas aquilo é horrível, é desumano...(...)”

3.4 - O silêncio das não respostas

O objectivo deste subcapítulo refere-se à avaliação qualitativa das não respostas, por se ter verificado na análise anterior que ocorreu um elevado número de inquiridas que optaram por não responder a algumas questões. Pretendeu-se aferir quais os indicadores mais afectados, pelo que se procedeu à elaboração de um quadro com o cruzamento das não respostas com alguns indicadores, que, *à priori*, poderiam exercer alguma influência.

Tabela 3.4.1-Não respostas por duração da pena e caracterização sociocultural

Não respostas por duração da reclusão e caracterização sociocultural										
Há quanto tempo reclusa	Faixa etária	Estado Civil	Escolaridade	sobre Instituição	sobre rotinas	sobre ambiente entre as reclusas	sobre privacidade	sobre afectividade / sexualidade	sobre expectativas futuro	total
reclusa há mais de 2 anos	18 aos 29 anos	solteira	até 9º ano	0	0	1	0	11	0	12
reclusa há mais de 2 anos	30 aos 40 anos	solteira	12º ano ou mais	1	0	0	1	4	0	6
reclusa há mais de 2 anos	30 aos 40 anos	casada	12º ano ou mais	2	4	1	0	4	0	11
reclusa há mais de 2 anos	30 aos 40 anos	união de facto	12º ano ou mais	3	0	0	0	7	1	11
reclusa há mais de 2 anos	30 aos 40 anos	solteira	até 9º ano	0	0	0	0	4	1	5
reclusa há mais de 2 anos	a partir dos 30 anos	divorciada	12º ano ou mais	1	0	1	0	5	1	8
reclusa há mais de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	divorciada	12º ano ou mais	1	0	0	0	10	0	11
reclusa há mais de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	divorciada	até 9º ano	3	0	0	0	1	0	4
reclusa há mais de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	divorciada	até 9º ano	3	2	1	0	9	0	15
reclusa há mais de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	solteira	até 9º ano	1	0	0	0	0	0	1
reclusa há mais de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	casada	até 9º ano	1	0	1	0	12	0	14
reclusa há mais de 2 anos	dos 51 aos 60 anos	viúva	até 9º ano	0	0	1	0	4	0	5
reclusa há mais de 2 anos	dos 51 aos 60 anos	divorciada	até 9º ano	1	1	0	0	4	2	8
reclusa há menos de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	divorciada	12º ano ou mais	4	0	0	0	8	2	14
reclusa há menos de 2 anos	dos 41 aos 50 anos	divorciada	até 9º ano	2	1	0	0	7	0	10
Totais				23	8	6	1	90	7	135

A maioria das *não respostas* das reclusas projectaram-se em dois indicadores: faixas etárias entre os 41 e os 50 anos, e relativas às questões sobre afectividade/ sexualidade, sendo que neste último indicador é representativo das *não respostas* da população inquirida (tabela 3.4.1).

No ranking das *não respostas* e logo a seguir às questões sobre afectividade/sexualidade, verifica-se a maior frequência nas questões relacionadas com a Instituição⁷.

⁷ Grau de conforto com as instalações e relação com o Pessoal civil e não civil da Instituição.

Conclusões

Para quem se encontra em confinamento – o tempo – no caso medido através da duração da pena poderá moldar ou desencadear mecanismos individuais de adaptação ao meio e à caracterização das interações entre os vários actores na Instituição. O tempo passa a ser medido, para além do calendário, também através da repetição das rotinas, sejam elas diárias, semanais, mensais e anuais, que vão fomentando a sua capacidade de adaptação e aceitação da nova realidade.

Tentando retirar algumas conclusões possíveis com este estudo de caso, regressamos às questões de partida: *até que ponto a duração da pena, as características socioculturais e etárias interferem na adaptação à Institucionalização e quais são as principais características envolvidas nessa nova socialização*. Em análise encontram-se os conceitos de adaptação ao meio, submissão, espírito crítico, bem como afectividade, sexualidade, submissão, silêncio, isolamento.

Foi possível através da análise qualitativa das respostas às questões colocadas, bem como das percepções recolhidas no terreno apurar algumas conclusões, que se reportam somente ao estudo em apreço à população inquirida. De referir que em todos os grupos de comparação a única constante é a da idade, correspondendo a maioria das respostas às reclusas com idades na faixa etária dos 41 aos 50 anos, pelo que esse dado não será reforçado nas conclusões abaixo expostas.

➤ *Integração no ambiente prisional: até que ponto a duração da pena, as características socioculturais e etárias interferem na adaptação à Institucionalização*

Para avaliar esta hipótese, cruzaram-se alguns indicadores, como: satisfação com as infra-estruturas e com o Pessoal, as rotinas, a ocupação dos tempos de trabalho e tempos livres.

Verificou-se uma homogeneidade na maioria das respostas. No que diz respeito à alimentação a maioria refere como sendo fraca qualidade e pouca variedade. Já relativamente ao atendimento médico, as opiniões dividiram-se. Das 15 reclusas, 6 não responderam e as restantes 5 consideram Bom ou razoável e 4 Mau, dando especial ênfase à falta de apoio psicológico e medicina dentária.

Ainda avaliando a maioria das repostas dadas pelas inquiridas, no que diz respeito às interações com as (os) Guardas Prisionais a maioria das inquiridas reitera de excelente, bom ou razoável, referindo que são as Pessoas que se encontram mais próximas, atribuindo-lhe

papéis de cariz familiar e assumindo papéis de outros profissionais como os psicólogos ou educadoras; em suma na opinião de 12 entrevistadas têm um papel importante e/ou razoável.

Já no que concerne às técnicas de educação ou de reinserção as respostas são mais heterogéneas: Só duas reclusas classificam o trato recebido como Bom e Muito Bom; 5 reclusas referem como Razoável; sendo que das que responderam 6 reclusas classificam de forma negativa o trabalho destas profissionais, referindo de uma forma geral falta de apoio ou de resposta, mas acrescentando que se prende com a falta de pessoal. Duas entrevistadas referem como negativo tanto o papel das guardas como das técnicas e uma considera péssimo

As reclusas com tempo de reclusão com 2 ou mais anos e com as habilitações ao nível do 12º ano ou mais, respondem de forma tendencialmente inversa à restante população inquirida. Enquanto as respostas mais frequentadas indicam que a qualidade das celas, o atendimento médico e a interacção com o pessoal – Guardas e Técnicas – é razoável, as reclusas com tempo de reclusão com dois ou mais anos e habilitações ao nível do 12º ano ou superior referem que a qualidade das Celas, o atendimento médico e a interacção com as técnicas é mau. No caso da interacção com as guardas as opiniões dividem-se pois as respostas mais frequentadas para esta população variam entre o Bom e o Mau, contrariando a tendência do razoável, das restantes inquiridas.

Quanto às rotinas, a maioria das reclusas trabalha (13) e 2 trabalham e estudam. A forma como ocupam os seus tempos livres, para além de ler, ouvir musica e conversar, referiu a maioria das inquiridas a sua preferência pelos momentos de isolamento ou actividades solitárias. O momento do dia eleito foi referiu pela maioria que coincidia com a hora de recolha, ou seja quando são fechadas nas celas, por contraponto aos momentos de convívio. Relativamente a este ponto, não se verificou qualquer diferença nos grupos de análise, ou seja, tempo de reclusão a idade e a escolaridade não influenciaram as respostas.

Em resumo: Homogeneidade tendencial nas respostas, podendo concluir-se que as características sociodemográficas e tempo de reclusão/duração da pena, não influenciam o processo de institucionalização e internalização das regras do Ser e do Estar em reclusão, a avaliar pelas respostas da população inquirida no presente estudo. Factores impactantes a reter, neste processo: a importância atribuída à alimentação, o papel das Guardas Prisionais junto da população reclusa, a importância da ocupação do tempo com trabalho e a necessidade de isolamento dos tempos livres. Presume-se com estes dados uma atitude de submissão e assimilação da institucionalização. Evoco dois autores para rematar esta reflexão, para

Catarina Fróis, “*a gestão do quotidiano da cela, a intimidade que se materializa em presenças, silêncios e rotinas é muito característica do funcionamento de Instituições Totais*”

➤ *Quais são as principais características envolvidas nessa nova socialização que dependem das características socioculturais e etárias e duração da pena*

Para avaliar esta hipótese, cruzaram-se alguns indicadores, como: sentimentos entre as reclusas, privacidade, sexualidade, papéis de género, condições preconizadas pela Instituição para novos casais formados dentro da prisão.

Embora se possa verificar uma heterogeneidade na identificação de vários sentimentos por vezes dicotómicos referidos pelas inquiridas, numa análise comparativa consegue-se perceber, que a identificação de sentimentos positivos é superior aos negativos em todos os grupos. Esta tendência mantém-se uma identificação dos principais sentimentos vivenciados pelas reclusas, que os caracterizam como sentimentos de amizade e cumplicidade, mas muito próximos dos sentimentos negativos identificados como inveja, discriminação, falsidade e maledicência. Os sentimentos de cariz sexual foram igualmente identificados no grupo de reclusas que se encontram presas há dois ou mais anos.

Quando questionadas sobre a possibilidade de existência de privacidade ou alguns momentos de intimidade, a maioria das respostas foi robusta no sentido do Não. Também a maioria das inquiridas refere que o nº de habitantes por cela se situa entre as 4 e as 5 Pessoas, facto pelo qual se poderá inferir a justificação da falta de privacidade. Tendo 4 reclusas respondendo sim, que seria possível, verifica-se que uma delas coabita com mais 3 reclusas no mesmo quarto (está no RAI).

Quantificando-se os dados extraídos da análise das entrevistas, quando cruzados os indicadores tempo de reclusão e escolaridade com o conhecimento da existência de relações sexuais na prisão, verifica-se o SIM como a resposta frequentada. Relativamente a questão acerca da identificação de papéis de género, as opiniões dividiram-se, contudo a resposta mais frequentada foi no sentido do SIM. Verifica-se no entanto uma tendência de não resposta.

Das 15 reclusas, 6 responderam que não tinham qualquer conhecimento de condições preconizadas pela Instituição para a prática da conjugalidade entre reclusas e que, inclusivamente, tais práticas para além de não serem permitidas seriam punidas.

Verificou-se uma dicotomização entre a percepção dos sentimentos entre as reclusas, variando as respostas entre o sim e o não, por vezes por parte das mesmas inquiridas. Contudo, os sentimentos reiterados de positivos foram os mais frequentados. Referem-se como positivos

os sentimentos de amizade e cumplicidade, mas muito próximos dos sentimentos negativos identificados como inveja, discriminação, falsidade.

Quase unanimidade da resposta quanto à possibilidade de privacidade no sentido do Não. Contudo verifica-se uma, ligeira tendência das reclusas que já estão no RAI para indicar que sim, é possível ter alguns momentos de privacidade. A exceção à normalidade destas respostas são as reclusas que ocupam uma cela sozinhas, por contraponto à média de ocupantes por cela, entre 4 a 5 reclusas.

Relativamente à questão acerca da existência de relações sexuais na prisão, o SIM foi a resposta mais frequentada, sendo referido que tal facto era visível, até no recreio, ou seja que era algo que era normal existir, sendo contudo uma prática proibida pelo Estabelecimento Prisional. A título de exemplo foi referido que o máximo que seria consentido seria um beijo na face; caso fosse na boca já poderia ser alvo de punição.

Não sendo uma prática permitida pelo Estabelecimento Prisional a resposta à pergunta sobre as condições preconizadas pela Instituição para a prática da conjugalidade entre casais formados dentro da prisão, foi também por maioria respondida que não era possível; ou pelo menos que não era permitido. Poderia acontecer, mas de forma clandestina.

A hipótese colocada relativa à socialização tentando determinar a influência das características socioculturais e etárias, bem como a duração da pena, também neste caso não se confirmaram, na população inquirida.

➤ Não respostas

A maioria das não respostas das reclusas projectaram-se em dois indicadores: faixas etárias entre os 41 e os 50 anos, e sobre afectividade/ sexualidade, sendo que neste último é representativo das não respostas da população inquirida.

➤ Considerações finais

Ao iniciar cada entrevista, verificou-se uma grande desconfiança e desconforto, talvez por ser uma interacção pouco ou nada habitual e pelo facto das entrevistadas não saberem até que ponto as informações que iriam transmitir poderiam ter algum impacto nos seus processos de viabilização das saídas precárias ou da liberdade condicional. Um ponto a reter refere-se ao facto de 13 das 15 reclusas entrevistadas já se encontrava em condições para pedir a liberdade condicional, algumas delas já tinham tido o seu pedido recusado algumas vezes. Durante as entrevistas este foi um dos pontos, extra guião, mais referido. Iriam ter a resposta aos seus

pedidos de precária ou liberdade condicional nos dias subsequentes às entrevistas, sendo que algumas referiram que iriam sair em condicional em breve (Setembro). Esta nota reveste-se de alguma importância, porquanto o painel de entrevistadas foi da exclusiva responsabilidade do pessoal do EP.

Passadas as primeiras perguntas de caracterização sociodemográficas, aparentemente sem quaisquer constrangimentos entrava-se nos grupos potencialmente mais sensíveis: questões, que diziam respeito às instalações, à tipologia das relações com o pessoal, nomeadamente as guardam, e entre as próprias reclusas, para além das perguntas de carácter mais íntimo o que, provavelmente poderia ser inibidor de sinceridade nas respostas, optando quase sempre por falar na terceira pessoa.

Ficou-se com a percepção que algumas reclusas privilegiaram as queixas para os pontos que consideravam menos relevantes e menos susceptíveis de lhes criar problemas, tais como: a comida, a higiene, a saúde e as instalações, escudando-se, sempre que possível nas não respostas ou falando demais de outros temas mais consensuais, como a maternidade e as saudades que tinham dos filhos. De resto, e de uma forma geral, as técnicas de educação foram igualmente poupadas a queixas directas, indicando como principal factor a falta de apoio, atribuindo-o à falta de pessoal. Com o decorrer da conversa, já se sentiam mais confortáveis na interacção, e aproveitavam para exteriorizar as suas várias angústias e que não tinham propriamente a ver com as questões colocadas.

Neste ponto, a gestão da imparcialidade e do distanciamento com a empatia, ter-se-á demonstrado de alguma forma complicada, tendo em consideração a condição de humanidade subjacente ao estudo, no confronto com tantas histórias de vida diferentes e por vezes muito difíceis. Por esse motivo fica a nota que somente alguns meses depois do trabalho de campo, foi possível fazer análise dos dados de forma mais distanciada. Os pontos deixados em aberto por via das lacunas do presente poderão, eventualmente, ser alvo de novos estudos com outra metodologia, ou com a combinação de várias. Deixa-se uma nota relativa à importância da aleatoriedade e heterogeneidade das reclusas a entrevistar, o que só será possível com uma permanência mais dilatada no tempo no terreno.

Bibliografia

- ALBARELLO, Luc et al. (2011). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- BARTOLLAS, Clemens (2002) *Introduction to corrections*, Boston, Ally and Bacons.
- BECCARIA, Cesare (1998 [1766]), *Dos delitos e das penas*, Lisboa, Ed. Calouste Gulbenkian.
- BENTHAM, J. (2019). *O panóptico*. Autêntica.
- BECCARIA, C. (2009). *Dei delitti e delle pene*. ENS Editions.
- BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. (2014). “Os efeitos (in) visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional”. *Psicologia*, 28.2: 63-70.
- CAMPENHOUDT, Luc Van; QUIVY, Raymond (2008) “Manual de investigação em ciências sociais”. Gradiva publicações,.
- CLEAR T. R. (2009). *Imprisoning communities: How mass incarceration makes disadvantaged neighborhoods worse*. Oxford University Press.
- CLEAR, Todd R e alts (2009) *American Corrections 8th Edition*, Belmont, Thomson Learning Inc/Wadsworth.
- CUNHA, Manuela (1991) “A prisão feminina como ilha de Lesbos e escola do crime: discursos, representações, práticas: <http://hdl.handle.net/1822/5248>”
- CUNHA, Manuela (1994) “Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina”, Lisboa, Gabinete de Estudos Judiciários.
- CUNHA, Manuela (1996). “O corpo recluso: controlo e resistência numa prisão feminina”. em Almeida, M. V. de (Org.) *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, Oeiras, Celta (pp. 1-23).
- CUNHA, Manuela (2002), “Entre o bairro e a prisão”: tráfico e trajectos. *Fim de Século*.
- CUNHA, Manuela (2007). “A reclusão segundo o género: os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade”. em AAVV, *Educar o Outro: As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*, Coimbra, Publicações Humanas (pp. 80-89).
- CUNHA, M. I. P. D. (2008). *Prisão e sociedade: modalidades de uma conexão*.
- CUNHA, Manuela, (2014,) “Etnografias da prisão: novas configurações», *Configurações [Online]*, 13 | 2014, posto online no dia 22 Abril 2015, consultado o 26 Outubro 2016. URL: “<http://configuracoes.revues.org/2389>”.
- DEVEREAUX, S. (1999). *The making of the Penitentiary Act, 1775–1779*. *The historicalJournal*, 42(2), 405-433.
- FERREIRA DE ALMEIDA, J., & Pinto, J. M. (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*.
- FERREIRA, V. P. (2017). *Funções e objectivos das Instituições Penais*. 1–12.
- COMBESSIE, Philippe. *Sociologie de la prison*. Editions La découverte, Paris, 2001.
- COMBESSIE, Philippe. *Marking the carceral boundary: penal stigma in the long shadow of the prison*. *Ethnography*, 2002, 3.4: 535-555.
- FOUCAULT, Michel, 1977. “Vigiar e punir”: nascimento da prisão; trad. Raquel Ramallete, Petrópolis, Vozes (pp.207-227).
- FROIS, C. (2017). *Mulheres condenadas: histórias de dentro da prisão*
- FROIS, C. (2020). *Prisões*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- GOFFMAN, E. (1961). *Colecção Debates Dirigida por J. Guinsburg*.

- GOFFMAN, E. (1961). Manicômios, prisões e conventos. In Manicômios, prisões e conventos (pp. 316-316).
- GOFFMAN, E. (1993). A apresentação do eu na vida de todos os dias, trad. Pereira, M., Relógio d'Água
- MAROY, Christian (1997), "A análise qualitativa de entrevistas" em Luc Albarello et al (orgs.), Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa: Gradiva, pp. 117-155.
- MATOS, Raquel e Carla MACHADO (2007) Reclusão e laços sociais: discursos no feminino" in Análise Social, vol XLII (185): 1041-1054.
- MACHADO, H. (2008). Manual de Sociologia do Crime. (November), 125.
- MORAIS COLOMBAROLI, Ana Carolina. "Violação da Dignidade da Mulher no Cárcere: Restrições à Vida Íntima nas Penitenciárias Femininas"
- OLIVEIRA FRANCA, Marlene Helena (2014) "Criminality and prisons for women: an analysis of gender issues/Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de género". Revista Ártemis, 18.1: 212-228.
- SANTOS, R. D. (2009). Interações, poder e instituições totais: a narrativa de Primo Levi e a microsociologia de Erving Goffman. Revista de Sociologia e Política, 17(34), 231-240.
- SILVA, V. (2013). Controla e Punição: as Prisões para Mulheres. Ex aequo, (28), 59-72.
- TORRES, Anália e Maria do Carmo GOMES (2002) Drogas e prisões em Portugal, Lisboa, CIES, ISCTE

Sítios da WEB:

- http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1317&tabela=leis
- http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1317&tabela=leis&so_miolo=
- <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2019>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Cesare_Lombroso

Anexos

Anexo A – Guião da Entrevista Reclusa

Entrevista sobre (re) inserção Social e dos Comportamentos em Estabelecimentos Prisionais
Estabelecimento Prisional de Tires
2019

Apresentação

O presente estudo universitário é sobre a **privação de liberdade no feminino**, nomeadamente no que diz respeito à **perceção da intimidade** em reclusão, no **Estabelecimento Prisional de Tires, por parte das Pessoas que se encontram em reclusão e em cumprimento de pena efetiva**

Esta entrevista demorará **aproximadamente 30 minutos** e a sua colaboração será preciosa.

Confidencialidade:

As informações recolhidas serão tratadas de forma anónima e confidencial, não referindo, em nenhum momento, qualquer elemento de identificação. A categorização sociodemográfica será relativa à idade, estado civil, escolaridade e tempo de reclusão.

Muito obrigada desde já!

Início

Caraterização Pessoal / situacional:

Q.1 - Há quanto tempo se encontra em reclusão?

Q.2 - Quanto tempo falta para cumprir a pena de prisão efetiva?

Q.3 - Qual a sua idade?

Q.4 - Qual o seu estado civil?

Q.5 - Tem filhos? Se sim, quantos e com que idade(s)

Q.6. Qual o seu nível de escolaridade completo?

Iniciando as questões acerca da **sua perceção** relativamente à situação de reclusão

Q. 7 – Na sua opinião/perceção e apesar da situação de reclusão, numa escala de 0 a 10 (desde extremamente desconfortável a confortável) qual o grau de conforto das reclusas na Instituição? justifique, por favor.

Q.8 – De forma geral e de acordo com a sua perceção, como é o ambiente entre as reclusas? (*dão-se bem, zangam-se com muita frequência...*) (*Em caso de conflito, qual será o principal motivo*)

Q.9 – Na sequência da questão anterior, relativamente ao pessoal civil e guardas prisionais que trabalham no Estabelecimento, como caracteriza o ambiente no que diz respeito ao trato com as reclusas?

Q.10 – Na sua opinião e de uma forma geral, considera que os tipos de relacionamentos/sentimentos vivenciados pelas reclusas são predominantemente negativos ou positivos?

Q.11- Consegue identificar a existência de relacionamentos / sentimentos positivos entre as reclusas? Se sim, quais? (*afeto, amizade, cumplicidade, familiaridade, necessidade de proteção, outros...*)

Q.12 – Quanto aos comportamentos, normalmente, associados ao género feminino e masculino? Consegue identificar essas associações de papéis entre as reclusas?

Q.13 - Sabe da existência de relações de cariz sexual dentro da prisão entre as reclusas? (*se sim, como sabe e como acontecem*)

Q.14 – Na sua opinião, as *práticas* sexuais das mulheres poderão alterar dentro da prisão?

Q.15 – Na sua opinião, as *preferências* sexuais das mulheres poderão alterar dentro da prisão?

Q.16 – E quanto à conjugalidade (relações amorosas). Conhece a existência de casais do mesmo sexo que se juntaram na prisão?

Q.17 – Relativamente à conjugalidade pré-existente, ou seja antes da reclusão. Quais são as condições que a Instituição preconiza para as relações de proximidade / íntimas com os companheiros (as)? tem conhecimento?

Q.18 – Ainda na sequência da questão anterior, no caso dos novos casais formados dentro da prisão. Acha ou tem conhecimento que as condições previstas pela Instituição serão as mesmas?

Q.19 - Com quantas Pessoas partilha a cela?

Q.20 – Existe a possibilidade de ter em algum momento do dia ou da noite alguma privacidade? (*momentos em que não esteja a ser vigiada*).

caso não existam, como se sente e qual a sua necessidade desses momentos? (numa escala de 0 a 10 desde nenhuma necessidade a extrema necessidade)

Q.21 - Quais são as suas rotinas diárias, na prisão?

Q.22 - Quais os momentos mais agradáveis e menos agradáveis ao longo do dia? e ao longo do ano?

Q.23 – Quais as suas expectativas/sonhos para o futuro fora da prisão?

Q.24 – Do que sente mais falta? qual será uma das primeiras coisas que querará fazer quando sair?

Felicidades e muito obrigada pela sua participação!

Anexo B – Guião da Entrevista Exploratória com Técnica de Educação

Bom dia /Boa Tarde,

Agradeço desde já a sua disponibilidade para esta conversa. O meu nome é Vera Ramos e estou a frequentar o 2º ano do mestrado em sociologia no ISCTE-IUL.

No âmbito da minha dissertação de mestrado, escolhi aprofundar a temática da reclusão feminina e percepção acerca da caracterização das relações íntimas ao longo do encarceramento, no seguimento dos estudos prévios, já iniciado em 2017, aquando do final da licenciatura na mesma área, nesta Instituição Prisional.

Neste sentido, para a elaboração desta investigação, decidi iniciar o processo de pesquisa no terreno, através de uma entrevista de carácter exploratório com a Pessoa da Instituição que estivesse incumbida de me acolher e de me acompanhar ao longo deste estudo. Presumindo que seja a Dra. _____, gostaria de lhe colocar algumas questões que servirão de base e se revestem de uma importância fulcral para afinar as entrevistas a aplicar às reclusas e ao restante pessoal técnico. Creio poder afirmar que a entrevista será breve, talvez uma meia hora.

Gostaria de informar desde já que no decorrer desta nossa conversa, será necessário para a realização do trabalho, a anotação de alguns excertos bem como a gravação da mesma. Posso contar com a sua autorização? Caso autorize e em algum momento decidir que não deseja a gravação bastará avisar que desligarei de imediato o gravador.

Aceita a realização desta entrevista?

(assinatura)

Início da entrevista

Q.1 - Função actual?

Q.2 – antiguidade na função?

Q.3 – Função profissional anterior?

Q.4 – Nível de escolaridade concluído?

Q.5 – Se concluídos os estudos superiores, qual a sua formação de base?

Q.6 – Idade

Q.7 – Estado civil

Agradecia a sua resposta a algumas questões relativas à Instituição:

Q.8 – Como se caracteriza estrutural e funcionalmente a Instituição?

Q.9 – Qual o quadro de pessoal?

Passaríamos agora ao tema das reclusas sua caracterização e interações com a Instituição e o Pessoal

Q.10 – Quantas reclusas alberga este Estabelecimento Prisional?

Q.11 – Como se encontram distribuídas?

Q.12 – O quotidiano das reclusas é organizado? de que forma?

Q.13 – Caso o seu quotidiano seja organizado em trabalho/tarefas, quais os critérios para a sua alocação?

Q.14 – No seu dia a dia na prisão, as reclusas têm momentos de lazer? Quantos?

Q.15 – quais são as actividades a que se dedicam nesses momentos? (de uma forma geral)

Q.16- No dia a dia na prisão, existe algum momento em que a reclusa possa estar em situação de não vigilância; ou seja sozinha ou com alguém?

Q.17- Existe hora para recolherem às celas? Ou podem estar nas celas quando quiserem, nos momentos de lazer?

Q.18 – As celas são individuais ou colectivas?

Q.19 – Existe vigilância por parte da Instituição, quando as reclusas estão nas suas celas? Se sim, de que modo

(Iniciamos agora as questões sobre reclusão e intimidade sexual)

Q.20 – Tem ideia de quantas reclusas têm companheiros fixos, no exterior ou noutros estabelecimentos prisionais (também em cumprimento de pena)?

Q.21 – A Instituição prevê as visitas conjugais? De que forma?

Q.22 – Tem conhecimento da existência de relacionamentos de cariz mais íntimo entre as reclusas? Se sim, de que forma tomou conhecimento e como lida a Instituição com essa realidade?

Gostaria de me colocar alguma questão?

Muito obrigada pela sua participação

Anexo C – Consentimento da Direcção dos Serviços Prisionais para a realização do estudo



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)

Dra. Vera Ramos

Vera_Ramos@iscte-iul.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		39/DSOPRE	18.03.2019

Assunto: Investigação Académica para Mestrado em Sociologia pelo ISCTE

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Rómulo Mateus, datado de 15/03/2019, foi autorizada a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Tires.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direcção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direcção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa

Anexo D – Consentimento informado entrevistadas (um documento)



Termo de Consentimento Informado

No âmbito do mestrado em Sociologia, a autora, Vera Maria Marques Ramos pretende elaborar um pequeno estudo subordinado ao tema (re) inserção Social e dos Comportamentos em Estabelecimentos Prisionais, mais concretamente: privação de liberdade no feminino e sexualidade.

A sua colaboração é muito importante para atingir este objetivo.

Esta investigação será integrada no trabalho de dissertação de mestrado a defender em setembro do corrente ano, orientada pelo Professor Doutor Pedro Vasconcelos, podendo, se desejar, contactar a sua autora para se inteirar dos resultados obtidos.

Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco. A sua participação é voluntária e pode retirar-se a qualquer altura, sem que tal facto tenha consequências para si.

As informações recolhidas serão tratadas de forma absolutamente confidencial.

Muito obrigada

Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação, bem como autorizo a gravação áudio da entrevista com vista a facilitar a transcrição da mesma no âmbito do presente estudo, salvaguardando, porém que nenhum registo será divulgado junto de terceiros e que servirá somente o objetivo descrito no presente parágrafo.

Estabelecimento Prisional de Tires,

Rúbrica:  Data: 23/5/2019

Anexo E – Diário de Campo

07 de maio de 2019 – 1ª visita ao EP Tires

No email oficial a marcar o dia como o primeiro do trabalho a desenvolver no terreno, foi-me indicado que seria recebida pela Dra. X nesse dia – 07 de maio – às 10h00 no EP de Tires.

Cheguei antes da hora marcada e aproveitei para beber um café num estabelecimento nas imediações do EP, por sinal ao lado dum infantário. Era um típico café de bairro, quase que não se dava por ele, escondido num beco ao lado da dita escola, onde os Clientes eram habituais apesar de poucos. Cerca de meia dúzia que lá estavam, contando com a empregada, eram todas mulheres e algumas com crianças o que indiciava uma forte ligação ao bairro e ao infantário situado ao lado.

Sozinha, completamente desconhecida dos presentes, senti-me obviamente observada, embora tentassem manter a aparente normalidade das conversas. De notar que naquela avenida de Tires só existe o aeródromo, a cadeia e o infantário. Apesar da chuva miudinha e porque queria fumar um cigarro sentei-me na única mesa existente no exterior. Passados uns 5 minutos e porque estava a aproximar-se a hora marcada, sai do café e dirigi-me à Prisão.

Já lá tinha estado em 2017, pelo que nesta data já não me causou qualquer tipo de sentimento marcante a visualização da fachada principal. Lembro-me que da primeira vez que lá fui, no primeiro contacto o que retive foi: É aqui? É isto? É que realmente, e visto de fora aquele edifício não parece de todo uma cadeia, pelo menos a avaliar com o que que idealizamos ser uma cadeia – Uma estrutura arquitectónica panóptica, fechada com muros bem altos por todos os lados, sem janelas. Parecia mais um edifício apalaçado, tipo quinta ou herdade, com um edifício de entrada, mas que se podia ver ou antes vislumbrar para além disso, um espaço aberto com áreas repletas de árvores, e hortas. Da minha perspectiva não se via mais nenhuma edificação para além da entrada. Não vi nenhuma identificação que avisasse os visitantes que estavam perante o Estabelecimento Prisional de Tires, e lembro-me que da primeira vez que lá fui, em 2017 passei por lá com o carro e prossegui a marcha, sem dar com o local. Nesse dia perdi-me, agora já não.

A título de curiosidade, e porque o local onde se encontra a prisão é como se fosse uma pequena alameda em que fica ao centro, do lado direito existe um parque de estacionamento com um letreiro em cartão, escrito à mão com a indicação de EP Tires (deve ser o ser o parque privativo para os funcionários) e do lado direito existe um restaurante – grande e com esplanada, que serve Tires e o aeródromo.

Chegada à porta toquei à campainha. A porta é do tipo portão de quinta, com uma área para a entrada de pessoas e outra para a entrada de carros. Via-se uma câmara apontada para a porta e outras apontadas para o lado direito e esquerdo da fachada principal. Demoraram alguns segundos, sendo depois aberta por uma guarda que logo ali me perguntou ao que eu ia. Expliquei e mandou-me entrar para a salinha logo ao lado da entrada – era a sala do “chek-in”. A sala continha um balcão de recepção com duas guardas, uma televisão, em frente ao balcão o equipamento de controlo – detecção de metais (como nos aeroportos). Do lado direito uma sala que se encontrava forrada a cacifos com chaves. As duas guardas que estavam nessa manhã de serviço, eram do sexo feminino (aparentemente), na faixa etária entre os 23 e 29 anos (também aparentemente). Ambas se encontravam fardadas, e uma delas estava extremamente produzida – maquilhagem, cabelo e unhas compridas, corpo de ginásio (trabalhado) – tipo gel. A outra, que não se levantou da cadeira atrás do balcão, era de estilo mais discreto, sem maquilhagem, com óculos e mais reservada. Poderia estar ali como em qualquer outro lugar de cariz administrativo: recepção de uma empresa ou mesmo como estudante numa faculdade. Era franzina e não havia nada na sua pessoa que chamasse a atenção.

Quando me acerquei do balcão, foi-me solicitado novamente o nome da Pessoa com quem viria reunir; o meu cartão de cidadão, a autorização da DGSP e foi-me indicado que deveria deixar todos os dispositivos incluindo o telemóvel guardado num dos cacifos. Foi aí que me apercebi que não poderia entrar com o gravador – não sabia. Foi uma das guardas que me disse que enquanto não constasse da autorização, e de forma explícita, o uso do gravador, a sua entrada não poderia ser autorizada. Considerei este contratempo que não estava à espera., mas logo assumi que, com ou sem gravador iria prosseguir, porque aquela oportunidade que me foi dada deveria ser aproveitada, pois nunca se sabe quando as situações mudam e nada me garantia que a autorização para os restantes dias se mantivesse – neste caso, mais-valia “um pássaro na mão...” como diz o ditado popular. Seguindo as instruções lá fui deixar o gravador e o telemóvel num dos cacifos. Confesso que deixar lá o telemóvel me causou algum mal estar. Estava completamente fora “do mundo”; tenho uma filha adolescente, tenho um trabalho, só me passou pela cabeça se acontecesse alguma coisa, não estava contactável. Senti-me bastante desconfortável e com um sentimento indefinido de vazio – que me faltava alguma peça “vital”.

⁸ Aquando da recolha de dados para o trabalho final da Unidade Curricular - Laboratório de Projecto em Sociologia

Findas as formalidades ao balcão disseram-se que poderia entrar, passando pela porta do dispositivo de detecção de metais. Quando eu disse que não sabia onde poderia e encontrar a Dra. X, as duas guardas fizeram um pouco sem saber como agir (ou antes, “como descalçar a bota”) – dava-me ideia que tinham de ficar as duas ali e não se podiam ausentar. Neste meio tempo entra uma senhora com uma bata amarela e um monte de papelada nos braços. Pensei que fosse uma contínua. Aproximou-se do balcão entregou alguma correspondência de forma muito deferente com as guardas, de forma muito respeitosa (Senhora guarda, para aqui, senhora guarda para ali) as costas ligeiramente curvadas em sinal de submissão, por contraponto à forma desabrida com as senhoras guardas a interpelavam: Ó D... para aqui, Ó D. para ali... “para onde é que vais agora...”. Eu pensei: “vais ...” tratar por tu? A Senhora tem idade para ser mãe delas”. No meio disto, lá perguntaram se a D. D. se me podia levar ao pavilhão principal, à Dra. X, ao que a D. D., obviamente disse que “sim, Senhora Guarda”, quase fazendo um a vénia. A Senhora D. D... acercou-se de mim, ainda com bastante papelada nos braços, sorriu e disse; “Vamos Senhora Dra?”. De repente, apercebi-me que deixei de ser a Vera estudante para a Sra. Dra. . Entrei no papel e disse: sim, claro, muito obrigada e segui a Senhora.

Passámos (passei) pelo dispositivo de detecção de metal, a guarda abriu-me a mala, revistou-me o corpo com o dispositivo electrónico e saímos para a rua, ou seja para o exterior, que é o interior da cadeia.

Já em 2017, me surpreenderam as largas avenidas a perder de vista, os campos, as árvores, o ar puro, as flores e na altura tinha pensado: “olha aqui está um sítio saudável para se viver”. Realmente parecia uma grande herdade. Caminhando pela estrada principal já sabia que mais à frente se encontrava o edifício central onde se situavam os serviços administrativos e a direcção. Também já sabia que um pouco mais à frente, à esquerda havia um pequeno café, parecido com os pequenos cafés de aldeia, com uma esplanada do lado esquerdo sob as árvores. Ainda pensei em beber mais um café e fumar mais um cigarro, mas achei melhor não, uma vez que ia acompanhada.

A determinada altura olho para a minha acompanhante com mais atenção: uma senhora na casa dos 50 (aparentemente) loira pintada, mas com uma grande raiz branca, cabelo algo encrespado cortado abaixo do queixo a direito. Tinha uma bandelete, era da minha altura ou seja: estatura pequena e às tantas, reparei que por baixo do monte de correspondência não tinha uma mão - só o coto. Como tenho alguma dificuldade em lidar com os silêncios, resolvi meter conversa com a Senhora, até porque tinha estranhado a forma um pouco rude como as guardas a tinham tratado. A forma que achei para “quebrar o gelo” uma vez que a minha acompanhante estava em absoluto silêncio, foi falar da chuva miudinha e chata que estava a cair e que nos estragava o cabelo... Ela olhou para mim, sorriu e disse: “pois é, eu por acaso costumo andar com uma capa de plástico com capuz, nestes dias assim, mas hoje não e já estou com o cabelo todo no ar”. Eu também sorri, e disse-lhe que sofria do mesmo mal, que tinha esticado o cabelo de manhã, mas já estava toda despenteada. Já mais à vontade a D. D. perguntou-me então se eu era psicóloga, ao que que respondi que não, que era socióloga (ela não pareceu notar a diferença). Pelo meu lado perguntei-lhe se ela trabalhava da Instituição. Foi aí que ela parou, olhou para mim e disse: não, eu não trabalho aqui, eu vivo aqui. Eu estou reclusa. Estupidamente a primeira coisa que me saiu foi: “ah que bom...” seguido de “quer dizer não é bom para si... mas para mim ...uma vez que o objetivo da minha vinda aqui à prisão é para falar com as senhoras reclusas”... Ela não pareceu dar pela gafe porque logo adiantou: “pois, olhe eu já cá estou há 12 anos... agora já ando por aqui fora por todo o lado, já têm confiança em mim, eu porto-me bem, sempre me portei, por isso é que me deram esta responsabilidade... e eu gosto, gosto de ser útil... mas já se sabe a pena por homicídio é pesada”⁹

Confesso que não costumo ficar sem palavras, mas fiquei. Muda. Não consegui dizer mais nada durante uns segundos, até que pensei: “bolas, tenho de dizer alguma coisa... para isto não ficar assim no ar”, o ambiente ficou subitamente muito pesado. E lá disse a costureira frase: “deixe lá, já falta pouco...”. A senhora olhou para mim e disse: “vamos lá ver, eu tenho esperança, mas não quero dizer nada... “. Silêncio de novo. Entretanto já estávamos a entrar no edifício principal e ela preparava-se para me levar ao gabinete da Dra. Maria João, quando eu de repente parei e só me ocorreu perguntar: “ Ó D. D. ... como é que tem sido aqui dentro tanto tempo?”. Ela olhou para mim, profundamente, com as lágrimas a aflorar nos olhos e disse-me: “pesado, muito pesado... mas eu não posso falar, aqui não. Lá fora eu falava, aqui não posso”¹⁰. Nisto aparece à porta a Dra. X, que deve ter ouvido sussurros e veio-me buscar para o seu gabinete. Eu despedi-me da D. D., agradei-lhe e vi no olhar da Dra. X que ela tinha percebido que tínhamos vindo a falar.

⁹ Código Penal - Decreto-Lei n.º 48/95 “**Artigo 131.º** - *Homicídio - Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos. Artigo 132.º* - “*Homicídio qualificado - Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos*”.

¹⁰ Por mero acaso vim agora a saber que falou com a comunicação social, aquando duma saída precária. Tenho a entrevista em meu poder, mas não faria sentido inclui-la no presente.

Já sozinha com a minha interlocutora, apresentámo-nos oficialmente, pois nunca nos tínhamos encontrado. Como o seu gabinete era partilhado com mais uma Colega e depois de me apresentar tanto a essa como às outras que fomos encontrando pelo caminho, ela encaminhou-me através dos corredores para um pátio interior central do edifício. Este edifício, basicamente é um quadrado com todas as laterais com salas e no meio com um pátio interior, sem Teto. O pátio tem algumas mesas de madeira corridas nas alas laterais protegidas com os andares superiores. Foi numa dessas mesas que nos sentámos, e começámos a conversar.

A X, ao contrário da Dra. Y, que me recebeu em 2017, mostrou-me muito mais reservada, de personalidade algo tímida, embora extremamente cordial. O tratamento entre ambas pautou-se por tal formalismo, que qualquer intenção da minha parte para introduzir alguma conversa de carácter mais ligeiro, lhe provocava um sorriso, mas logo voltando ao tema central. Foi nessa altura que lhe fiz a entrevista que já tinha preparado com o objectivo de conhecer a Instituição, tanto a nível estrutural / formal como funcional, ao que ela respondeu, como se já tivesse o discurso previamente ensinado, dando enfoque ao trabalho por si desenvolvido e pelas colegas da área da educação. Disse que eram poucas (4) para a totalidade das reclusas cerca de 430 e explicou-me detalhadamente a importância da sua função – com o acompanhamento individualizado de todas elas – desde a admissão até à saída. Fez a caracterização da Instituição, explicando as várias fases que as reclusas passam que coincidem com a mudança de pavilhões e de regime – desde o pavilhão 1, que é o local onde ficam desde que entram até à sentença (prisão preventiva privativa de liberdade); transitando depois para o pavilhão das condenadas – o Pavilhão 2. Nalguns casos quando cumprem 1/3 da pena e dependendo da sua tipologia podem ser, dependendo da avaliação comportamental, colocadas no RAI – Regime Aberto para o Interior. Ou seja, aí já têm mais alguma liberdade, não havendo a obrigatoriedade de recolher a horas certas _à cela. Já têm os denominados quartos que não são fechados e podem circular pelo EP livremente – dependendo dos seus trabalhos. Todas estas reclusas trabalham, obrigatoriamente. Quase próximo da liberdade condicional – sensivelmente a meio da pena – podem passar para o Regime Aberto para o Exterior, ou seja trabalham fora em empresas com as quais o EP tem acordos de parceria e depois regressam à Prisão, como se fosse para casa. Neste caso, já recebem o valor igual ao ordenado mínimo, ao contrário dois euros diários qua as restantes reclusas que trabalham recebem. Apesar disse uma parte é direccionada para uma conta poupança, por forma a terem um fundo para prover os primeiros tempos em liberdade. Trabalhando há 20 anos neste EP confessou-me que muitas vezes as reclusas são reincidentes porque não têm no exterior o suporte familiar necessário a refazer as suas vidas, precisam de trabalhar e é extremamente difícil pois a sociedade estigmatiza-as e voltam a reincidir. Confessou que a vida na cadeia, por vezes não aporta nada de bom às reclusas; que existem “crimes” para os quais não se justificaria estarem com esta medida privativa de liberdade – que isso só faz com que se afastem mais dos seus meios familiares favoráveis e dos empregos – para cumprir penas de 11 meses (deu um exemplo duma rapariga que entrou nestas circunstâncias).

Apesar do seu formalismo e da sua reserva, pressenti uma grande honestidade e contenção nas suas palavras. Acerca do tema da minha dissertação, mostrou-se (pareceu-me) sinceramente entusiasmada, dizendo que achava importante que se estudasse o tema, porque era uma realidade, toda a gente sabia, e que havia alguns preconceitos na sua abordagem.¹¹ Acrescentou que já “tinham” referido por diversas vezes a necessidade de se tratar destas questões. Interessante, porque aquando da minha última deslocação a Tires, em 2017, a Dra. Y tinha referido exactamente o mesmo, tendo-me na altura incentivado a continuar. Intui, neste discurso, mais do que foi dito, algumas zonas potencialmente fracturantes entre o pessoal civil e o pessoal militarizado – os(as) guardas. Todas as perguntas ou abordagens que fiz em relação ao pessoal não civil, foram contornadas, de forma subtil.

Finda a entrevista, delineámos os próximos dias em que poderia deslocar-me de novo a Tires para realizar as entrevistas às reclusas, tendo ficado combinado que seria em dois dias, de acordo com o número de entrevistadas que eu tinha solicitado – 15. A X pediu-me quais seriam os perfis que eu queria, ao que respondi que sobretudo gostaria de ter heterogeneidade de idade, habilitações académicas, e duração da pena (no fundo das variáveis que eu iria estudar). Ela ficou de tratar do processo burocrático junto dos serviços e eu fiquei de pedir autorização aos serviços centrais para poder fazer as entrevistas com gravador.

Despedimo-nos, por volta das 12h e regressei sozinha à portaria. Completamente sozinha, não me cruzei com ninguém pelo caminho. Ao passar pelo café, entrei. Estavam várias Pessoas a comer lá dentro. Quando eu perguntei se podia almoçar a empregada (deu-me ideia de ser a dona) referiu que só com marcação prévia. Pedi um descafeinado e fui-me sentar (apesar da chuva) lá fora a fumar o meu cigarro. Não me lembro de ter sido tão observada há muito tempo. Quando acabei regressei à portaria, fui levantar os meus haveres ao cacifo e despedi-me dizendo que voltaria na semana seguinte. Foram abrir-me a porta e ... soube-me bem sair dali!

¹¹ Aquando desta visita ao EP o objecto de estudo da dissertação ainda não tinha sido alterado, logo a Técnica estava a referir-se ao estudo que lhe estava a ser apresentado sobre a sexualidade em reclusão.

17 de maio de 2019 – 2ª visita ao EP Tires- Entrevistas às reclusas do pavilhão 2 (sem gravador ainda)

Neste segundo dia de visita ao EP de Tires, ficou combinada a minha chegada às 9h. Já tinha em minha posse a lista das reclusas a entrevistar nesse dia e também no dia seguinte – já programado – o dia 23/05.

Cheguei a Tires por volta das 8h30 e como no dia anterior que lá tinha estado, fui beber café ao mesmo local – lá estavam as senhoras, mães, avós e respetivas crianças. Por esta altura, já me senti “reconhecida”, e creio que a curiosidade aumentou n mesma proporção. Alguma conversa de circunstância, principalmente sobre o sol – estava um dia bonito. Sentei-me lá fora, o tempo de beber o meu café e fumar o meu cigarro, já a pensar como seria estar um dia inteiro fechada na prisão.

Apressei-me, estava ansiosa por começar e algo receosa sobre a forma como iriam decorrer as entrevistas, ainda mais porque não tinha tido feedback, dos serviços prisionais, acerca da autorização para usar o gravador. Era um pouco frustrante, para mim, ter esta oportunidade e estar condicionada a escrever à pressa as respostas num caderno. Sabia de antemão que não iria ser a mesma coisa, pois: ou estava a escrever, ou estava a interagir com as reclusas tentando dirigir o discurso para as pôr a falar para lá das questões colocadas.

Quando cheguei à prisão e toquei a porta fui recebida por um guarda na casa dos sessenta que eu já tinha conhecido na minha anterior deslocação. Bonacheirão e bem-disposto era de humor fácil, embora ele não me tivesse reconhecido.

Cheguei à recepção e tanto eu já sabia dos procedimentos, também as guardas que lá estavam também ao que eu ia, pois disseram logo: “É a Dra. Vera, não é? é para o estudo?”. Disse que sim, lá deixei os meus dispositivos no cacifo e desta vez segui viagem sozinha, porque já conhecia o caminho, mas sempre depois de passar pelo detector de metais.

Estava, como já tinha dito, um bonito dia de sol, e no percurso até ao edifício principal fui devagarinho a saborear os momentos que ainda estava a só. Aí sim, parei no café que tinha a esplanada e resolvi beber um e fumar mais um cigarro (não sabia quando seria a próxima vez que teria essa liberdade”. A Senhora do balcão – é sempre a mesma – magrinha, espevitada de cabelo curto grisalho, algo “hiperactiva” e algo antipática, lá me serviu, sem uma palavra que não fosse absolutamente necessária para a interação, continuando a falar animadamente com os fregueses que tinha àquela hora matinal – tudo guardas, mulheres. Falava, e falava (alto) acerca de tudo o que lhe dissesse respeito, os netos, uma ou outra peripécia do dia anterior ... e as guardas lá iam escutando com muita atenção e ainda estimulando mais os desabafos da Senhora. Percebia-se que era soberana no seu território. Depois de acabar de beber o café, pedi algo timidamente (confesso) se podia ir à casa-de-banho, ao que ela acedeu com um “sim” quase imperceptível.

Voltei a sair para o exterior e para não perder mais tempo fui a fumar pelo caminho. Senti-me como se estivesse a viver na aldeia e que depois do café matinal à saída de casa, retomasse o caminho para o trabalho, pela estrada fora com o som dos pássaros, a vista das árvores e alguns bons-dias, muito poucos, dada a pouca “densidade populacional” do local.

Dirigi-me ao edifício central onde funcionam os serviços administra-tos e onde se encontram os gabinetes da Direcção e técnicas, para me encontrar com Dra. X. Seria ela que me encaminharia ao pavilhão 2 onde iria iniciar as entrevistas. Circulava completamente à-vontade, tanto no espaço exterior, como no interior, e lá fui então até ao gabinete onde poderia encontrar a minha interlocutora. Quando lá cheguei, após os cumprimentos habituais, sentámo-nos um pouco para delinear a estratégia. Nessa altura a Dra. X disse que me encaminharia ao pavilhão 2 e entregou-me a lista das reclusas a entrevistar, tanto nesse dia como no seguinte, marcado para dia 23 de maio.

Para se chegar ao pavilhão 2, deixámos o espaço aberto da herdade, entramos num espaço vedado com rede à volta e com uma porta, que por acaso estava aberta. Nesse momento apercebemo-nos que entramos noutra espaço dentro do espaço +prisional de Tires. Seguindo o caminho, cerca de 200 metros mais à frente lá encontramos o edifício denominado o pavilhão 2 ou das Condenadas. Esse edifício era compacto com janelas com grades e as portas estavam fechadas. As câmaras de vigilância ocupavam toda a zona em redor da porta e lá chegadas tocámos à campainha.

Uma das guardas prisionais abriu a porta e vislumbraram-se muitas mais, tanto na antecâmara como para lá das grades que separa a zona da entrada propriamente dita da prisão. Para lá das grades viam-se reclusas, várias, por estava na hora do recreio. Parecia-me que tinha entrado numa escola – primária. Gritos, Ordens gritadas, reclusas a pedir ou a suplicar qualquer coisa que lhe estava a ser negada; uma idosa com dores que a guarda mandou aos berros para o recreio tratando-a por tu, enquanto por outro lado a senhora idosa a chamada por Senhora Guarda. Eu entrei acompanhada da técnica que falou com as guardas, explicou o que eu ia lá fazer e, rapidamente, se foi embora desejando-me sorte.

Eu lá fiquei, presa literalmente, porque as portas de grades – tanto as primeiras quanto as segundas se fecharam quando eu entrei. Fiquei lá dentro a observar e à espera de instruções. O espaço era, pela primeira vez, o espaço que eu idealizara como se seria uma prisão, do estilo – hospital psiquiátrico ou mesmo manicómio, mulheres que deambulavam por lá, que me olhavam com olhos uns indiferentes outros de curiosidade, principalmente quando eu lhes sorria.

Lá chegou a guarda – alta e altiva com uma lista de nomes nas mãos. Olhou para mim, e muito respeitosamente levou-me para o gabinete da técnica de reinserção social que era o gabinete mais confortável. e efectivamente era, tendo em conta o resto: tinha um cadeirão confortável que seria da técnica e que agora seria para mim; uma secretária e uma cadeira – desconfortável – à minha frente. A secretária tinha um computador talvez dos anos 90. Sentei-me, analisei a lista, coloquei os meus papeis à minha frente e estava pronta para receber as reclusas. Levantei-me da cadeira, pois a guarda tinha-me deixado sozinha, abri a porta e fui à procura da guarda para lhe dizer que podia chamar a primeira; o que ela diligentemente obedeceu.

Voltei a sentar-me, à espera, e passado m minuto se tanto bateram à porta, levemente, com um dá licença Sra. Dra? Levantei-me, fui à porta, dei um aperto de mão à Pessoa que estava à minha frente, apresentei-me e pedi-lhe que fizesse o mesmo.

Iniciámos a entrevista e eu comecei por perguntar se sabia o motivo pelo qual tinha sido chamada. Respondeu que não, que a tinham chamado pelo altifalante e que lhe tinham dito que era para ir ao gabinete da técnica. Expliquei o motivo pelo qual estava ali, pedi-lhe autorização para a entrevistar, ao que acedeu e começámos a conversar tentando ao máximo seguir o guião que tinha à minha frente, pois estas mulheres estavam sequiosas de atenção e de falar com alguém de fora da Instituição.

Estas primeiras entrevistas – aliás todas as deste dia – foram realizadas sem a ajuda do gravador, o que por um lado ajudou a seguir o guião “a eito” e a ter respostas mais precisas, mas por outro perdeu-se um pouco do “sumo” neste tipo de conversa poderá ter se os dois interlocutores estiverem somente focados na interacção e analisar o olhar e todas as outras formas de comunicação não verbal.

Após esta primeira entrevista, a metodologia manteve-se, com um intervalo para almoço das 12h às 15h, pelo que nesse espaço de tempo decidi aproveitar para sair da prisão e ir almoçar fora dos muros.

A seguir ao almoço prosseguiram sempre no mesmo registo dando as mesmas explicações e a fim da tarde sai de lá, completamente exausta psicologicamente. Só nesse dia os meus hábitos e aquilo que me dá prazer foi completamente alterado – por exemplo, não podia fumar, porque era uma trabalhadeira estar a pedir às guardas para abrirem as portas para sair, café a meio da manhã e a meio da tarde, não existia. Não podia sair da sala onde estava, porque vinha logo uma guarda saber o que pretendia. A bem da verdade, eu creio que fui talvez uma só vez ao WC. A título de nota, no período da tarde, fui despojada do meu gabinete confortável e tive de me mudar para outro ao lado, pois disseram-me que a técnica viria ocupar o seu gabinete. Era porta com porta e houve situações engraçadas e reclusas completamente baralhadas sem saberem a quem se dirigir. Ainda troquei algumas amáveis palavras com essa técnica que me pediu desculpa por eu ter todo de sair do gabinete e juntas já conseguimos fazer a triagem de quem era para quem.

No segundo gabinete que estive no período da tarde, era completamente diferente do anterior – disseram-se que era o gabinete onde os advogados(as) falavam com as clientes reclusas. Era uma sala mínima, com uma mesa a meio duas cadeiras – uma à frente e outra atrás da secretária. Por trás da secretária existia uma janela com grades. De resto tanto os gabinetes, como as grades das celas estavam pintados de cor-de-rosa bebé.

23 de maio de 2019 – 3ª visita ao EP Tires- Entrevistas às reclusas do pavilhão 2 e RAI (com gravador)

No segundo dia de entrevistas verificaram-se duas situações diferentes do dia anterior. Comecei novamente pelo pavilhão 2, mas já com gravador. Nada mudou de forma substancial à excepção de já poder dispor de mais tempo para estar “à conversa” com as reclusas sem ter necessidade de estar a escrever as respostas. Terá sido também esse facto, por um lado e o das conversas estarem a ser gravadas, por outro, que poderá ter levado a que as reclusas falassem mais, uma vez que a minha interacção com elas foi maior – tanto na comunicação verbal como não verbal. No entanto, nas questões mais sensíveis foram mais retraídas, mais evasivas. Estas entrevistas no pavilhão 2 prolongaram-se até às 12h, hora que sai para o almoço.

Depois do almoço – às 15h, já tendo terminado as entrevistas no pavilhão dois, dirigi-me novamente ao pavilhão central para me encontrar com a técnica e educação – Dra. X - que me encaminhou para o local onde seriam efectuadas as entrevistas com as reclusas que estavam no RAI.

O local das entrevistas foi numa sala desse mesmo edifício central, numa sala confortável, tendo eu ficado sentada numa secretária e dado o cadeirão às reclusas para se sentarem. Aqui, nitidamente a conversa foi muito fluida sobre os temas gerais das condições da Instituição, da passagem pelos vários pavilhões, mas claramente – e elas próprias o referiram – neste regime viviam com o medo permanente de voltar para o pavilhão e/ou de lhes

serem retiradas as saídas precárias. Referiram que, já nesta recta final eram muito mais desconfiadas entre reclusas e esforçavam-se muito mais para terem um comportamento exemplar, com uma grande necessidade de sopesarem o que diziam e o que faziam. Neste contexto as perguntas mais direccionadas para as questões da sexualidade e porque é algo que é punido, foram as que obtive menos respostas.